

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 1º DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.673

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Atos da Mesa Errata2</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas.....2 Ata de Comissão Permanente.....11 Ofícios12 Projetos de Lei12 Projeto de Lei Complementar15</p>
---	---	--

ATOS DA MESA

ERRATA

ERRATA

No Diário da Assembleia nº 6.672, de 31 de março de 2014, os Atos

da Mesa de nº 214 a 220, onde se lê: "...31 de abril de 2014", leia-se: "...31 de março de 2014".

Carlos Augusto de Carvalho Bezerra
Coordenador de Publicação

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2014, ÀS 14H, EM PALMITOS

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes) - Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, neste momento damos início à audiência pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos para debater a temática "a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho".

Convidamos para compor a mesa a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o senhor Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos; a senhora Vereadora Loreci Maria Orsolin Pfeifer, representando o Vereador Jair José Schena, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos; o senhor Delmar Steffens, presidente da Associação de Apoio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais de Palmitos (AAPD); a senhora Giovana Giacomelli, representante da Apae de Palmitos; e o senhor Valter Paulo Fuck, gerente regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Chapecó.

Registramos a presença da senhora Catarina de Andrade, presidente do Sindicato dos Funcionários Municipais de Palmitos; da senhora Alice Decker, diretora da Apae de Palmitos; do senhor José Kirchner, tesoureiro da Associação de Apoio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais de Tunápolis; da senhora Cleide Neumann Feil, Secretária de Educação do Município de Águas de Chapecó; do

senhor Ari Dutell, pequeno agricultor e presidente da Cooper D'Água, de Palmitos; do senhor Luiz Antônio Cavalleri, Secretário de Agricultura de Palmitos; do senhor Itamar Fachinnetto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitos; da senhora Mariluce Rossatto, diretora da Apae do Município de Caibi; da senhora Paula Palombit, responsável técnica do Lar dos Idosos Divina Providência; da senhora Daiana Fiegenbaum, assistente social, representando a Secretária de Saúde de Palmitos Tânia de Fátima Henchen; da senhora Iolete de Jesus, assistente social do Fórum de Palmitos, representando o Juiz de Direito Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior, da Comarca de Palmitos; da senhora Gorete Wickert, diretora da Apae do Município de São Carlos; da senhora Andreza Slomski, Secretária de Assistência Social de Palmitos; do senhor Ademar Henchen, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Palmitos, representando o Secretário Élio Pedro Hoss Godoy; do senhor Elio Casarin, presidente da Cooperativa A1; da senhora Cintia Steffens, diretora administrativa do Hospital Regional de Palmitos, representando o presidente Beloni Inácio Decker; e da senhora Renata Joana Kunzler, assistente social, representando a Secretária de Assistência Social de Caibi Claudiane Mariani.

Participa desta audiência pública a senhora Patrícia Daiane Engler, tradutora de Libras, fazendo a tradução simultânea para os deficientes auditivos.

Com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para a condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu quero primeiramente chamar para compor a mesa o representante da SDR, pois é muito importante termos a representação do Estado aqui conosco. Peço, portanto, uma salva de palmas ao

senhor Ademar Henchen. Também peço que o representante da Cooper A1, senhor Elio Casarin, junte-se à mesa. Ele representa as cooperativas, os empresários, enfim, todo o setor patronal, empresarial, cooperativista, que também tem muito a ver com o tema. (Palmas.)

Boa-tarde a todos e a todas. (A plenária responde ao cumprimento.)

Eu quero falar da nossa alegria de tê-los aqui, com a casa cheia. Quero agradecer a presença de cada uma, de cada um, das pessoas que têm algum tipo de deficiência - sejam cadeirantes, deficientes físicos, visuais, motores ou auditivos, e esses últimos terão aqui na frente uma intérprete de Libras. Queremos que todas as autoridades e lideranças se sintam muito à vontade.

Quero cumprimentar a mesa na representação do nosso companheiro Elio - temos nos encontrado muito, discutindo o sistema cooperativista e as demandas do sistema cooperativista; da mesma maneira quero cumprimentar o Valter e o Delmar - essa situação me chamou a atenção numa das visitas que fiz à Associação. Depois vou falar um pouquinho mais sobre o que vi e presenciei, Delmar, mas agradeço em teu nome a participação de todos os setenta associados.

Cumprimento aqui também o nosso Prefeito Norberto, que atendeu prontamente ao convite feito e está aqui conosco participando; a Loreci, nossa Vereadora, representando todas as Vereadoras e Vereadores de Palmitos e da região, que também se envolveu muito na mobilização deste momento; a nossa diretora da Apae, representando o Presidente e todas as Apaes de vários Municípios circunvizinhos que aqui estão; e também o nosso representante da SDR, Ademar, representando o Secretário Élio Godoy. Eu quero que todos se sintam acolhidos.

Quero agradecer também a presença, o trabalho, o empenho e a dedicação de todos os servidores da Assembleia Legislativa. Vejam vocês que nós demos muita importância para esta audiência. Nós temos aqui a imprensa, o cerimonial, as taquígrafas e também o pessoal que cuida da imprensa como um todo, o pessoal da divulgação, da Comissão de Direitos Humanos, a nossa equipe também, porque queremos tratar esse assunto com muito carinho e seriedade. Então, também vamos dar uma salva de palmas aos servidores da Assembleia que estão aqui conosco, nos ajudando. (Palmas.)

Quero combinar com vocês o tempo de duração da audiência. Agora são 14h30min. Se organizarmos bem as falas será possível trabalharmos com uma fala curta dos membros da mesa. Pode ser em torno de cinco minutos de fala para cada um? Há acordo aqui da mesa? (Há a aquiescência dos membros da mesa.)

Então, a partir da fala dos representantes da mesa, nós abriremos depois para a fala do público, porque é uma audiência que precisa ouvir o público, certo? Então nós poderemos trabalhar com um teto de horário entre 15h30min e 16h, pode ser? Vocês acham que é possível? Se tiver que prorrogar, vamos prorrogar, mas vamos trabalhar neste horário. (Há a aquiescência dos membros da plenária.)

Então, vou contextualizar um pouco sobre o objetivo desta audiência.

(Passa a utilizar recurso em PowerPoint.)

O objetivo central da audiência é tratar a respeito do mercado de trabalho para as pessoas com deficiência. Nós temos uma legislação, hoje, que trata disso. Quais são as informações que temos? No Brasil nós temos quase dois terços da população que declara ter algum tipo de deficiência - esses são os dados do último censo. Esse número representa 23,9% da população do País; no Sul, esse percentual chega a 22% - um pouquinho menos, mas vocês vejam que está muito próximo -; e em Santa Catarina é de 18%.

A deficiência visual - e aqui nós temos vários deficientes visuais - foi a que mais apareceu entre as respostas do IBGE. Entre as pessoas que declararam ter deficiência visual, mais de 6,5 milhões disseram ter a dificuldade de forma severa e mais de 506 mil informaram ter perda total da visão. Então, nós temos aqui 6,5 milhões de brasileiros. A deficiência motora apareceu como a segunda mais relatada pela população, mais assumida. Mais de 13 milhões de pessoas afirmaram ter algum grau dessa deficiência, o que equivale a 7% dos brasileiros. E nós temos cerca de 9,7 milhões de brasileiros que declararam ter deficiência auditiva - é o caso dos nossos amigos aqui da frente, que fazem parte desse universo de 5,1 dos brasileiros.

O que é a Associação? E aqui me permitam não ser tão técnica. Fui convidada pela Lore a fazer uma visita à Associação. Lá chegando, já de cara encontrei alguns bancos feitos de pneus de reciclagem. E eu não vou esquecer, viu, Delmar, porque mostra também o compromisso que esta Associação tem com a reciclagem, que é outro debate que a sociedade vem fazendo. Lá também encontrei inúmeras próteses que são emprestadas para os usuários, e eu achei uma atitude extremamente bonita, solidária e que a gente precisa divulgar. Não precisa alguém comprar para usar eternamente se a deficiência é temporária. Então, eu posso utilizar essa prótese e depois devolvê-la para a Associação, para passar para outra pessoa. Além disso, há todo um trabalho de artesanato, de organização.

Foi a partir dessa conversa que percebi muitas denúncias com relação à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Então, a nossa Comissão de Direitos Humanos está aqui porque tem o papel de acolher essas demandas, de dar visibilidade a isso e ajudar no cumprimento da lei. Além disso, quero dizer que nós também temos na Assembleia Legislativa a Comissão de Pessoas com Deficiência - inclusive, hoje pela manhã falei com o Presidente da Comissão, que pediu que eu transmitisse um abraço a vocês e também seu apoio a esta audiência. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Temos também a informação de que a AAPD tem setenta associados que trabalham como voluntários para tentar, principalmente, inserir os associados no mercado de trabalho. Recentemente participei de uma janta - o Prefeito também estava lá - onde essa Associação conseguiu juntar mais ou menos setecentas pessoas para arrecadar fundos, porque é uma associação que sobrevive de recursos de poucas doações. Então, isso é para mostrar para vocês a capacidade solidária que todos têm.

A Escola Especial Célia Lucca tem 89 alunos, é mantida pela Apae e tem oficinas especiais para o mercado de trabalho, sendo uma de educação profissional voltada para a iniciação ao mercado de trabalho e outra de marcenaria e de artesanato.

O que nós temos, do ponto de vista da legislação? A Lei 7.853, de 1989, deixa claro ao Poder Público e aos seus órgãos que cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, que são tarefas dos poderes públicos.

Quanto às vagas para as pessoas com deficiência, temos o artigo 93 da Lei 8.213, de 1991. Segundo ele, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: em empresas menores, com até 200 empregados, 2% do número de empregados precisam ser pessoas com deficiência; em empresas com 201 a 500 empregados, 3%; em empresas com 501 a 1000 empregados, 4%; e em empresas com 1001 empregados em diante, 5%. Nós temos aqui, então, de 2% a 5% das vagas, variando desde menos de duzentos empregados até acima de mil. Aqui também está escrito o que acontece no caso de uma empresa se recusar a atender as vagas. Não precisa ler porque a Lei 7.853, de 1989, está aí para ser cumprida.

Quais são os desafios desta audiência? As principais dificuldades das pessoas com deficiência e sua inclusão no mercado de trabalho. Queremos dizer para cada um de vocês que está aqui - quem trabalha, quem já trabalhou ou quem quer trabalhar - que sabemos da importância que tem o trabalho na condução da nossa vida. É o trabalho que faz com que tenhamos autoestima, que faz sermos reconhecido como sujeito e que faz termos renda. A dependência financeira não nos coloca como protagonistas, como sujeitos. Quando trabalhamos, quando temos renda, conseguimos olhar para o mundo de outro jeito e ser mais respeitados. Então, esse é um grande desafio.

Quero inclusive dizer aqui, Delmar, que não é somente para Palmitos, mas para o Brasil todo. No Município de Chapecó - eu sou moradora de lá -, os empresários me chamaram para discutir como poderemos ajudar a trazer mais pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, porque eles não conseguem incluir todas as vagas que têm à disposição. Então, esse é um tema que está corrente no País todo e nós precisamos abrir os olhos para isso.

Em Palmitos, o que nos chegou foi que as entidades sentem que a situação de conseguir e de se manter no mercado de trabalho são ainda mais difíceis. Então, o objetivo da nossa audiência é discutir a dificuldade de acessibilidade e também o preconceito que às vezes existe de que uma pessoa com deficiência não pode fazer nenhum tipo de atividade laboral - o que não é verdade. Tem-se que pensar a atividade de acordo com a deficiência. Um exemplo aqui é o presidente Delmar Steffens, que ficou quinze anos fora para conseguir emprego. Para tentar reverter o cenário atual é que as associações e as escolas tentam construir formas de qualificação, preparando essas pessoas com deficiência para poderem atuar e ocupar essas vagas.

Então, diante dessa condição aqui colocada é que eu quero abrir esta audiência e dizer que este é o foco do debate. O objetivo é levantar a situação, colher sugestões e ver, coletivamente, como podemos contribuir nesse sentido.

Passo agora a palavra para o senhor Delmar Steffens, presidente da Associação de Apoio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais de Palmitos (AAPD), e requerente desta audiência.

O SR. DELMAR STEFFENS - Boa-tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer a Deputada Luciane Carminatti por ter atendido a nossa solicitação para a realização desta audiência pública, e hoje estamos aqui com essa plateia maravilhosa.

Está aqui presente o pessoal de Caiib, de Águas, de Tunápolis que veio com uma associação de deficientes para prestigiar, para assistir a audiência e para tirar algumas dúvidas. Quero ainda

agradecer a todo o pessoal do Legislativo, que hoje pela manhã já estava aqui arrumando as mesas e instalando os equipamentos.

Um dos problemas que estamos enfrentando é a questão de intérpretes para os deficientes auditivos e visuais. Temos problemas também na acessibilidade para os cadeirantes, porque a nossa região tem muita inclinação, tem morros, e fica muito difícil. Eu acho que cada dono de estabelecimento poderia ver um pouquinho sobre esse assunto e tentar colaborar com a sociedade, com a comunidade. Ninguém está livre de acontecer isso na sua família, porque só quem tem uma pessoa especial na família sabe o quanto é difícil.

A Deputada Luciane disse que eu fui embora de Palmitos. Eu fui, sim, porque fui muito humilhado, fui muito ofendido. Chegava a uma empresa e eu era o aleijado, não era... Hoje, esse problema é considerado deficiência com sigla, naquela época era diferente, servia mais como deboche. Eu me retirei de Palmitos, fui para o Rio Grande do Sul e lá chegando fiquei trabalhado voluntariamente com uma associação de pessoas com deficiência. Retornei em 2005, e em 2006 fundamos a entidade. Foi uma ideia minha, hoje estou na presidência da AAPD e dia 1º ela fez oito anos.

Todos vocês aqui presentes podem ser sócios. Deficientes todos nós somos. Alguma deficiência cada pessoa presente aqui tem - não demonstra, mas tem. Uma deficiência grande que eu vejo é o preconceito; o preconceito é uma das maiores deficiências.

Quero lembrar que em uma semana do mês de setembro levamos uma cadeirante ao gabinete do Prefeito. Aproveitando a oportunidade da sua presença aqui, Prefeito, gostaria de pedir que faça funcionar aquele elevador que tem lá, porque mais deficientes, mais cadeirantes querem visitar o seu auditório, a sua sala. É um pedido que me fizeram - desculpe-me, Prefeito, mas é um pedido especial. Pessoas que estão presentes aqui pediram para o Prefeito fazer funcionar aquele elevador que existe, que está lá, então, é para ser usado. Na verdade, Prefeito, é uma plataforma que tem lá.

Quero agradecer a todas as Apaes que estão aqui, aos diretores, aos professores e às assistentes sociais de Palmitos que dizemos ser nossas mães, porque nos apoiam muito - como a Andreza, que é a coordenadora e nos ajuda com cursos de artesanato. Inclusive a AAPD formou uma cadeirante como professora de artesanato. Então, está aí o trabalho da AAPD.

Quero agradecer também a Lore que se dedicou, que se empenhou e que veio várias e várias vezes, se dedicando ao trabalho.

Nós queremos que o comerciante e o empresário procurem a AAPD, que se reúnam com o Executivo e com o Legislativo e troquem ideias. Isso é muito importante. Eu não quero mais que volte a acontecer o que aconteceu comigo. Eu quero que os deficientes auditivos possam fazer a carteira de habilitação. Isso é uma dificuldade. Nós temos três autoescolas em Palmitos e não temos intérprete. Três autoescolas. O deficiente auditivo é um ser humano e tem direito de dirigir. Nós gostaríamos que esse assunto fosse visto com outros olhos.

Eu devolvo a palavra para a Presidente e agradeço de coração. Qualquer coisa, procurem por nós na Associação, que tentaremos levar à questão ao órgão público da nossa cidade para ver o que poderemos fazer por todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu vou passar a palavra para a senhora Giovana Giacomelli, representante da Apae de Palmitos.

A SRA. GIOVANA GIACOMELLI - Boa-tarde a todos.

Em seu nome, Deputada Luciane, permita-me saudar os componentes da mesa de honra, os colegas que a ajudam nos trabalhos, os nossos professores, os nossos alunos, enfim, toda população que hoje está aqui para discutir esse tema que aflora na nossa sociedade.

A Apae tem um trabalho importante não só em Palmitos, mas em todo o Brasil. É uma ONG que causa inveja a muitos países, mas que tem feito um trabalho de inclusão das nossas pessoas com deficiência.

Nós temos aqui, na nossa escola, muito mais do que um pedagógico. Nós temos professores, profissionais na área da assistência social, na área da saúde, que preparam o nosso aluno para o mercado de trabalho - por que não? Agora, nós precisamos que os empresários, que as pessoas que têm a oportunidade de permitir que esses alunos sejam inseridos, os vejam de forma diferente, como o Delmar falou.

Eu acredito que cada um de nós fazendo a sua parte, nós como escola Apae - a qual há 25 anos já trabalha em inclusão - nós de toda a região, de todas as Apaes, somos exemplo, principalmente em Santa Catarina, onde somos destaque. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz]

Hoje começamos um grande debate, parabéns por trazer a Assembleia até este Município. Isto já é inclusão, colocarmos a nossa população em debate para que desperte em nós, realmente, uma maneira de sermos menos egoísta e vermos como o nosso irmão pode

ser inserido sim, da mesma forma que nós, seja no mercado de trabalho, seja na comunidade, no lugar em que ele vive.

Parabenizo, mais uma vez, a Luciane e todas as autoridades, pela iniciativa. Tenho certeza que a partir de hoje a gente começa de uma forma diferente aqui em Palmitos; e não só em Palmitos, mas em toda Santa Catarina, em todo o Brasil, para mudarmos esse paradigma e incluirmos essas pessoas.

Parabéns também a toda comunidade que faz parte desta tarde de debates e peço que as pessoas participem dando a sua opinião e que discutam esse tema de extrema relevância para todos nós.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada presidente. Passo a palavra ao senhor Elio Casarin, representante do sistema cooperativista e presidente da Cooper A1.

O SR. ELIO CASARIN - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar em especial a Deputada Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesc, e agradecer a sua presença aqui em Palmitos; apesar de ser de Chapecó, têm parentes aqui no nosso meio, inclusive associados da Cooperativa.

(Cumprimenta os componentes da mesa e demais autoridades.)

A Cooperativa A1 não compreende somente este Município - Palmitos é a sede da Cooperativa -, compreende em Santa Catarina onze Municípios, sendo que praticamente em todos os Municípios nós temos as Apaes.

Portanto, nós, como Cooperativa, fazemos parte da sociedade, somos uma sociedade de pessoas hoje com mais de 7.500 associados, com quase mil funcionários, e na medida do possível temos colaborado com as Apaes dos Municípios; nós fazemos parte da comunidade e também devemos nos preocupar com a inclusão no nosso quadro de funcionários de pessoas com algum tipo de deficiência, pois não é por vontade que elas têm deficiência. Inclusive na minha família têm duas pessoas deficientes que procuram trabalho. Não devemos rejeitá-los só porque eles têm alguma deficiência, e o empresário deve descobrir em que área a pessoa com deficiência poderá trabalhar, assim dando oportunidade de trabalho a essas pessoas.

Preocupem-me, e vejo muitas vezes, as pessoas - não digo que rejeitam - olharem de maneira diferente as pessoas deficientes, as quais são normais como nós. Devemos ter essa pessoa como nossa companheira e darmos o nosso apoio.

Como presidente da Cooperativa, há anos trabalhando com esses Municípios, nós abrimos a nossa Cooperativa, temos o nosso gerente aqui, o Gilnei Caumo, da unidade de Palmitos e eu acho que se tivermos pessoas, realmente, que tenham habilidade para trabalhar nós podemos incluir essas pessoas no mercado de trabalho e com certeza vamos olhar essas pessoas com bons olhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada ao presidente da Cooper A1.

Solicito às pessoas que queiram se manifestar que façam suas inscrições com a servidora Gislene, do cerimonial.

Com a palavra a senhora Loreci Maria Orsolin Pfeifer, representando o Vereador Jair José Schena, Presidente da Câmara de Palmitos.

A SRA. VEREADORA LORECI MARIA ORSOLIN PFEIFER (Palmitos/SC) - Boa-tarde a todos e a todas.

(Cumprimenta os componentes da mesa e demais autoridades.)

Vejo que é um momento importantíssimo, no qual estão reunidos aqui os mais diferentes segmentos, como as instituições de ensino que batalham há muito tempo dentro desta temática, e outras entidades que enfrentam essa dificuldade. Nós ainda temos que compreender melhor e principalmente, como dizia a amiga Giovana, debater essa temática.

No momento em que a gente coloca na pauta do debate as questões e as dificuldades que nós temos, nós só temos a avançar e progredir.

Temos aqui diretores de escolas que sabem que esta caminhada chegou às escolas, e, a partir disso, foi preciso construir um caminho para a gente avançar nesse tema e a cada dia melhorá-lo.

As Apaes dos diferentes Municípios, presentes aqui - a gente fala pela experiência e conhecimento que temos do nosso Município - trabalham para construir um desenvolvimento intelectual nas deficiências existentes e para oportunizar capacidade e qualificação profissional.

Gostaria de citar aqui o nome da Rosilei Ficagna (Lila), que prontamente nos atendeu na Secretaria de Desenvolvimento Regional e se dispôs a contribuir com a divulgação deste evento, que não é um evento importante para a Assembleia Legislativa, mas é importante para nós, aqui da região, pela significância e por aquilo que a gente poderá levar desta tarde.

Agradecer a Andreza, que nos ajudou na distribuição dos convites; as entidades representativas do Sindicato; as cooperativas Cooper A1 e a Cooper D'Água; e o Ari Dutell que faz um debate extraordinário em todo o Município, exatamente procurando incluir todas as pessoas.

Como já foi citado aqui, as dificuldades e deficiências todos nós temos em alguma área ou em alguma situação. É importante que a gente se disponha a elencar essas dificuldades e esses problemas para que tenhamos um crescimento e um desenvolvimento intelectual e possamos - através das diferentes instituições que representamos, das diferentes áreas de trabalho na qual nos envolvemos - levar este debate e essa questão das pessoas que precisam de uma oportunidade para voar e construir a sua cidadania. Elas precisam de uma oportunidade para sonhar e acreditar no potencial que têm para alcançar seus sonhos; assim ajudaremos mais pessoas a sonhar.

Não posso deixar de citar a presença da nossa imprensa de Palmitos, porque é muito importante, nós temos os três jornais aqui representados e também a imprensa falada. É um assunto que nós precisamos levar e soprar aos quatro ventos do mundo.

Agradeço também a nossa Câmara de Vereadores, na pessoa do presidente Jair Schena, que hoje não pôde se fazer presente porque está representando a Câmara de Vereadores no evento da Acamosc, em Chapecó, evento no qual é importante que ele esteja presente.

Então, que tenhamos cada vez mais coragem de debater, que ousemos acreditar no potencial de cada uma das pessoas, que construamos a cidadania todos juntos, instituições das mais diferentes crenças e das mais diferentes oportunidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Informo aos cadeirantes que desejam se inscrever que levem a mão que a nossa equipe de assessoria se deslocará para colher as inscrições.

Agradeço e informo que nos temos aqui uma intérprete de Libras, a Patrícia Daiane Engler, que é uma profissional, liberada do trabalho, uma servidora estadual da Escola Princesa Isabel. A gente contou com todas essas parcerias para podermos ter a linguagem dos sinais aqui e permitir a comunicação aos deficientes auditivos.

Com a palavra o senhor Ademar Henchen, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Palmitos, representando o Secretário Élio Pedro Hoss Godoy.

O SR. ADEMAR HENCHEN - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar, em especial, a nossa Deputada Luciane Carminatti, que nos prestigia com este maravilhoso encontro para debatermos nesta audiência pública.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes.*)

Ouvindo o que o Delmar colocou, Delmar, numa quinta à tarde, neste horário, não é mais como você falou, com certeza a comunidade, as pessoas, têm outro respeito e outro carinho com o que aconteceu no passado.

Olhem que maravilha as pessoas que aqui estão para debater um tema muito interessante e importante.

Informo que estão presentes aqui a senhora Rosilei Ficagna, coordenadora da Apae de Palmitos; a senhora Luciana Menzel, gerente de Administração e Finanças; e a senhora Josiane Fávero, gerente de Infraestrutura e Arquiteta.

O Estado também participa deste projeto, com certeza, porque todas as ações que passam pelo Estado... Nós temos a nossa arquiteta que acompanha as obras na questão de acessibilidade, de mobilidade e da área social, porque isso era uma grande deficiência que nós tínhamos no passado. Nós não nos preocupávamos com essas situações.

Então a acessibilidade e a mobilidade estão, hoje, não só nos espaços públicos, mas em qualquer comércio, e precisamos ter essa visão das pessoas serem inseridas no trabalho. (*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa Faria*)

Hoje, o tema de vital importância aqui é a inclusão no trabalho. Isso é muito importante porque com certeza, nós, seres humanos, temos alguma habilidade e é só ser provocada para ser colocada em prática.

Também quero dizer que, com certeza, todos nós vamos ter uma deficiência, quem não tem ainda vai ter, é quase certo, quando chegar à idade da velhice. Então, nós temos que olhar para isso com este foco: hoje eu não tenho, mas amanhã eu posso ter. Vamos cuidar dos outros como gostaríamos que cuidassem de nós!

Parabéns pela magnífica audiência pública! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada, Ademar.

Passo a palavra ao senhor Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, já agradecendo a sua presença, Norberto, porque nós decidimos fazer esta audiência da semana passada para cá, e mesmo assim você abriu espaço na sua agenda para se fazer presente aqui.

O SR. PREFEITO NORBERTO PAULO GONZATTI (Palmitos/SC) - Boa-tarde a todos e todas, se sintam bem no meio de nós, se sintam bem no Município de Palmitos.

Agradeço a presença da nossa Deputada Luciane Carminatti, representante da região, que tem parentes no interior do nosso Município - ela é da família De Mosse, sintam-se à vontade. A senhora sabe que aqui em Palmitos a gente a recebe de braços abertos, na qualidade de Deputada e de Presidente da Comissão de Direitos Humanos. É um dia muito importante e histórico para o Município de Palmitos poder proporcionar esta audiência pública; então, receba o nosso reconhecimento. Agradeço, igualmente, a presença do presidente Delmar, que aqui representa a AAPD de Palmitos; e em nome da minha ex-aluna Márcia, que está atenta acompanhando esta audiência, cumprimento todos os alunos da Apae, todos os companheiros e colegas da AAPD e todos os sócios.

Para quem não conhece a Márcia, eu queria que ela se levantasse

(*A aluna Márcia levanta-se.*)

Esta foi minha aluna na 7ª série. Uma salva de palmas para a Márcia (*palmas*!) Na minha profissão de professor tive o grande prazer de ter cinco alunos com alguma deficiência. Senti muita dificuldade, Luciane, de lecionar para eles e acabei aprendendo muito com eles, e o que eu transferi para eles foi na mesma intensidade com a qual recebi, carinho e amor.

Hoje fico feliz de ver o Seibert, que já está com 22 anos, trabalhando em uma empresa importante do Estado de Santa Catarina, porque acredito que fez parte da história dele.

Então, Delmar, parabéns pelo trabalho e estimo que a Associação continue forte e coesa, conquistando ações efetivas para dar melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Cumprimento e desejo boas-vindas também ao senhor Valter que representa o Ministério do Trabalho; ao presidente Casarin que representa o cooperativismo e tem investimentos importantes em Palmitos, como a fábrica de ração que logo, logo começará a produzir; à Loreci que representa os onze Vereadores do Município de Palmitos e o nosso Presidente da Câmara de Vereadores, Jair José Schena; à Giovana que é a presidente da Apae de Palmitos, com a qual temos muitas parcerias importantes, efetivas e com resultados práticos na comunidade; ao ex-Prefeito Ademar Henchen, que hoje representa o governo do Estado na qualidade de diretor da Secretaria de Desenvolvimento Regional; os nossos Secretários, em nome da Andreza que é a Secretária de Assistência Social do Município de Palmitos.

A Secretaria de Assistência Social de Palmitos foi criada quando assumimos em 2009, porque o Município não tinha Secretaria, tinha só departamento. Então, nós criamos a Secretaria e hoje ela tem vinte funcionários e está com praticamente cinco programas federais para atender a população.

Mesmo sabendo que a grande contrapartida é do Município, entendíamos e entendemos que é a Secretaria que realmente precisa dar suporte, e mesmo que muitos Prefeitos achem que é uma Secretaria que só tira dinheiro do orçamento, ela está trazendo muito retorno ao atendimento às pessoas.

A todos que vêm aqui que são de Palmitos e a todos que nos visitam eu lhes digo: que incessantemente a preocupação da administração pública com certeza é e jamais fora diferente desta, de proporcionar qualidade de vida às pessoas. De uns anos para cá tem se aflorado muito essa questão dos portadores, das pessoas com alguma necessidade especial, porque antigamente se escondia a deficiência em casa. Hoje não se esconde mais porque foi dado um grito importante de independência.

Para isso tem a Apae do nosso Município, pela qual tenho um carinho muito especial - e a dona Alice é a nossa diretora.

Fizemos uma parceria, Carminatti, com a Apae e foi realizado um projeto no qual ela, diretora, colocou toda a equipe técnica para trabalhar com as crianças de zero a três anos nas creches, nos centros de educação infantil, com o intuito de antecipar e verificar se alguma criança poderia neste período demonstrar alguma anormalidade. É um trabalho importante que a Apae está fazendo, e o Município tem feito um convênio, tem repassado recursos para a equipe técnica da Apae fazer e desenvolver esse trabalho nos nossos centros de educação infantil, e isso tem dado um grande resultado.

Temos na Secretaria de Assistência Social a grande alegria de formar a primeira turma de Libras, através do Pronatec. Agora nós estamos na segunda etapa, que é um pouquinho mais difícil, o pessoal realmente está se aprofundando nas Libras para que nós tenhamos essas pessoas, principalmente professores para fazer esse diálogo com as pessoas que se utilizam das Libras para se comunicar.

Também quero aqui dar os parabéns à Silvane, que é portadora de uma deficiência, membro da AAPD e é a nossa professora de artesanato. Por favor, Silvane, levante a mão.

(*A Silvane levanta a mão.*)

Solicito uma salva de palmas para a Silvane, que é a nossa professora contratada pela Secretaria de Assistência Social para

ministrar cursos de artesanato (*palmas*). Isso para nós é inclusão; a nossa parte nós estamos fazendo e aos pouquinhos nós vamos fazer mais.

Nós conseguimos, Luciane Carminatti, do governo federal em torno de R\$ 500 mil para a mobilidade urbana com objetivo de melhorar os passeios. Sabemos que no Código de Postura do Município o passeio é de obrigação do proprietário. Não é obrigação de o Município fazer e por isso Carminatti, hoje nenhum habite-se sai sem que haja o passeio padrão com acessibilidade feita em todas as casas novas que estão saindo em Palmitos. Então é uma ação efetiva do governo para justamente fazer com que as pessoas com necessidade, principalmente cadeirantes e deficientes visuais, possam transitar normalmente.

O Delmar levantou uma questão importante que os Municípios da região são muito dobrados tornando difícil para os cadeirantes a locomoção, e a nossa infraestrutura é muito antiga, os passeios muito estreitos e nós temos que fazer como dá. Nós não podemos mudar aquilo que já foi feito e historicamente tem essa problemática. Por isso, hoje todos os espaços públicos, como as escolas municipais, estão dentro do padrão de acessibilidade. A Prefeitura está dentro do padrão de acessibilidade.

Foi comentando, há pouco, pelo Delmar que eu recebi em meu gabinete uma cadeirante. Na Prefeitura temos dois pisos e o gabinete fica no segundo piso, sendo que a cadeirante pode subir ao segundo piso graças, não ao elevador, mas há uma plataforma de acesso. Então, quem quiser nos visitar pode visitar que a plataforma leva ao segundo piso. Eu acredito que é uma das poucas Prefeituras, aqui da região oeste de Santa Catarina, que tem plataforma para que os cadeirantes possam acessar o segundo piso. Então a gente tem se preocupado, Carminatti, neste sentido e estamos à inteira disposição.

Nós agora - e vai ser importante a Câmara de Vereadores, Loreci, num planejamento - vamos fazer uma cópia de Pinhalzinho que fez um reordenamento na cidade e deu um prazo para as pessoas, para as famílias padronizar seus passeios públicos - de reordenamento da cidade. Nós estamos fazendo esse estudo, a nossa assessoria jurídica está trabalhando neste sentido, para que nós possamos zonear a cidade e dar um período de dois a três anos para as famílias poderem reformar o seu passeio e fazer com que ele esteja dentro do padrão de acessibilidade.

Aproveito para dizer que é uma satisfação ter todos vocês aqui neste debate importantíssimo e como foi dito aqui, Delmar, todos os que aqui estão têm a preocupação com o processo de inclusão. E nós precisamos construir juntos aquilo que nós queremos. Esse é o nosso entendimento para que nós todos sejamos muito felizes e vivamos em uma sociedade igualitária; se fala muito na família, no amor, na gratidão, é isso que a gente quer.

Eu vou concluir aqui, eu gosto muito de cantar, com uma estrofe da música de Roberto Carlos, que é maravilhosa, que eu adoro e que transfere muito sentimento.

(O Prefeito Norberto canta uma estrofe da música: Como é grande o meu amor por você.)

Gente, um abraço e muito obrigado por vocês estarem aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu quero agradecer, Prefeito, pela sua manifestação e o importante relato de todas as preocupações e ações que um gestor público tem. De fato, nem sempre nós encontramos gestores públicos com esse olhar, com essa preocupação, não que tudo esteja dado, feito, concluído, mas que mostra o foco, o caminho, o horizonte, o desafio. Obrigada.

Com a palavra o senhor Valter Paulo Fuck, gerente regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Chapecó, que vai nos ajudar a responder algumas questões que é objeto da nossa discussão sobre a inclusão no mercado do trabalho.

O SR. VALTER PAULO FUCK - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a Deputada Luciane e em nome dela todas as demais autoridades que compõem a mesa.

Em Chapecó nós temos uma Gerência que atende desde Joaçaba até Dionísio Cerqueira. A nossa área de atuação é bastante grande e Palmitos está dentro da área de atuação do Ministério do Trabalho da Gerência Regional de Chapecó. Eu recebi com satisfação, quando o assessor da Deputada entrou em contato comigo esta semana, perguntando da possibilidade de eu falar sobre a questão da inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado do trabalho.

Como a Deputada Luciane comentou, em Chapecó nós temos uma situação inversa. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Roberta Schmitz*]

Em Chapecó, nós temos uma situação inversa, nós não temos pessoas portadoras de deficiência habilitadas que queiram trabalhar. Ou seja, compete ao Ministério do Trabalho e Emprego fazer a cobrança da contratação de pessoas portadoras de deficiência. O órgão competente é o Ministério do Trabalho. A legislação diz a quantidade de pessoas de PPDs que nós chamamos, que cada empresa acima de 100 empregados tem que ter, e cabe ao Ministério do Trabalho fazer a fiscalização do cumprimento dessa legislação. Em

Chapecó, temos o problema inverso, muitas empresas querem contratar e nós não temos pessoas habilitadas e capacitadas. Aqui, na região de Palmitos, pelo que eu ouvi nos discursos, a situação é diferente. É isso mesmo? E eu procurei no sistema do Ministério do Trabalho quais as empresas que têm obrigação de contratar pessoas com deficiência aqui, em Palmitos. Em princípio, são quatro empresas: a Santa Service; a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Oeste; Tombini e Cia; e a Cooperativa A1 (Cooper A1). Todas elas não estão cumprindo a cota prevista na legislação. Todas elas têm vaga. O que acontece? Vamos pegar o caso aqui da Tombini e Cia, que tem nove filiais. Então ela pode contratar em qualquer uma das filiais as pessoas com PPDs; a Cooper A1 tem 48 filiais, ela pode contratar as pessoas com PPDs em qualquer uma das 48 filiais. Mas o importante é vocês saberem que são empresas acima de 100 empregados, que têm as matrizes aqui em Palmitos e que estão obrigadas a contratar as pessoas portadoras de deficiência.

Gostaria de dizer que, de certa forma, entristece-me um pouco essa discussão porque essa legislação é de 1991, ou seja, faz mais de 20 anos que foi aprovada e nós ainda estamos discutindo algo que deveria ser cumprido há muito tempo. Queria destacar que o fator de dificuldade para a inserção das pessoas portadoras de deficiência é um desconhecimento em relação à questão do Benefício de Prestação Continuada. A pessoa que começa a trabalhar tem o Benefício de Prestação Continuada da Previdência Social suspenso. A partir do momento em que ela deixar de trabalhar, ela pode retomar esse benefício, porém as pessoas acham que, se começarem a trabalhar, o benefício será suspenso, e elas não irão recebê-lo novamente. Esse desconhecimento muitas vezes dificulta a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado do trabalho. Então, é importante esclarecer as pessoas de como isso funciona. Eu penso que a melhor forma seria mudar isso, que se pudesse acumular o benefício da Previdência com o que ela recebe trabalhando. Mas não é o que existe hoje. Então, nós temos que trabalhar com o que existe.

Basicamente, eu queria comentar com vocês que somente existe obrigação legal para as empresas acima de 100 funcionários do volume total de empregados de todas as filiais, ou seja, a empresa tem uma, duas, cinco ou dez filiais, considera-se o número total de empregados do grupo econômico para fins de apuração da cota de PPD. Agora, nada impede que uma empresa menor contrate uma pessoa portadora de deficiência, só que ela não tem obrigação legal de contratar essa pessoa portadora de deficiência. Destaco aqui a importância das empresas que têm obrigação legal de fazerem a adaptação do posto de trabalho. Por exemplo, se um cadeirante for trabalhar num caixa de supermercado esse posto de trabalho tem que ser adaptado. O posto de trabalho, o *check out* do supermercado é, via de regra, planejado para uma pessoa que não tem essa limitação de deslocamento. Então, tem algumas situações que, às vezes, a empresa tem que fazer um trabalho de adaptação do posto para contratar a pessoa. Agora, se existem pessoas habilitadas, se elas querem trabalhar, essas são as quatro empresas que, em princípio, aqui na região, têm obrigação de contratar.

Se alguém quiser fazer algum questionamento, coloco-me à disposição. Era isso que eu tinha para trazer de contribuição para o evento. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada, Valter. Eu solicito a informação de quantos inscritos nós temos para que possamos mediar o tempo. (*A assessoria da Deputada informa que são seis inscrições.*)

Prosseguindo, vamos deixar a palavra livre e pedimos que o manifestante se identifique e seja objetivo.

A SRA. ALICE DECKER (diretora da Apae de Palmitos) - Boa-tarde a todos. O meu nome é Alice e sou diretora da Apae de Palmitos.

O meu questionamento é que, enquanto a Deputada Luciane estava falando, não apareceu o deficiente intelectual. Por que não aparece nas estatísticas a pessoa com deficiência intelectual? Se fala em deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora, e a deficiência intelectual? Porque hoje a maior dificuldade que nós temos é justamente a pessoa com deficiência intelectual. O nosso maior diferencial é buscar uma empregabilidade para ele. Então a gente está trabalhando bastante essa questão da qualificação. Acho que hoje o mercado precisa de pessoas qualificadas, mas também o empregador precisa se qualificar para atender esse nosso aluno. É esse o meu questionamento: por que o deficiente intelectual não aparece?

A SRA. ANA CRISTINA DA SILVA (terapeuta ocupacional da Apae de São Carlos) - O meu nome é Ana Cristina e sou terapeuta ocupacional da Apae de São Carlos.

Como a gente falava anteriormente, a questão, o problema, não são as vagas, porque nós já estamos aproximadamente há cinco anos trabalhando com o Projeto de Inclusão de Pessoa no Mundo do Trabalho, e a gente vê que as empresas correm atrás, vêm atrás, participam de todos os trabalhos que a gente faz, procurando, buscando essas pessoas com deficiência para serem inseridas. E a gente vê que o problema está na qualificação das pessoas. Às vezes

pode ser pelo medo da família, de achar que eles não têm capacidade, e isso dificulta muito o ingresso. Acho que seria importante o governo pensar em algo para preparar essas pessoas.

Hoje nós temos o Pronatec, que é uma forma de capacitar, pois existem muitos cursos, só que nada específico para pessoa com deficiência, e as necessidades dessas pessoas são específicas. Então, não adianta preencher uma ficha de inscrição no Pronatec respondendo se tem ou não deficiência. Isso não resolve o problema porque a pessoa tendo a deficiência o curso já está pronto. Precisamos de capacitação ou quem sabe financiamento para os órgãos, como nós, na Apaie, que fazemos o curso preparatório. Acredito que todas as Apaies têm iniciativas voltadas para isso, mas nós trabalhamos com as nossas possibilidades de instituição. Então, quem sabe se possa pensar em financiamento para esses locais onde tem profissionais capacitados para trabalhar, ou pensar formas de criar ou regionalizar um local onde se possa ter uma qualificação específica para pessoa com deficiência.

Portanto, esse é o nosso questionamento, e acredito que seja de muitos aqui. Pensamos que se isso acontecer vamos reduzir muito a questão da necessidade tanto das empresas como também nossas, tanto das pessoas com deficiência intelectual, física, auditiva, independente, quanto à pessoa com deficiência no geral.

A SRA. CLARICE HOLZSCHUH (pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de Palmitos) - Meu nome é Clarice e sou pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e tenho quase trinta anos de luta na igreja pela acessibilidade. A nossa igreja, aqui em Palmitos, prova um pouco - não é, Delmar? - que nos morros da cidade dá para fazer rampa para cadeirante, com muita briga com a diretoria, mas dá. Será que dá para aumentar um pouco a letra do painel para o pessoal ler aquelas letrinhas pequenas? Essa é a nossa briga agora. E, assim, de luta em luta a gente vai fazendo. O meu questionamento é: o que se está pensando quanto à formação? Porque nós, as pessoas que não têm deficiência, precisamos de formação especificada. Não adianta dizer: "Ah, tem emprego lá para pessoa com deficiência, e tem pessoa com deficiência que teve possibilidade de formação?" Então, acho que esse é o primeiro passo que a gente tem que fazer. Não adianta a Cooper A1 dizer que podem vir. Mas temos sala de computação? Temos um ensino diferenciado? Porque pessoa com deficiência precisa de ensino diferenciado.

Queria dizer, como pastora, que hoje começou um processo de cura em Palmitos e região, porque a cura não é deixar de ser deficiente, a cura é ter vida digna, é ter acesso, é ter as mesmas possibilidades que qualquer outra pessoa. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. IOLETE DE JESUS (assistente social do Fórum de Palmitos) - Boa-tarde! Eu sou assistente social do Fórum de Palmitos e represento aqui o Juiz de Direito Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior, da Comarca de Palmitos, e queria tomar a liberdade de representar os outros Municípios nos quais já trabalhei.

Qual é a grande dificuldade, o que o Poder Judiciário observa? Nós temos crianças e adolescentes acolhidos, e alguns adolescentes por não conseguirem retornar para o seu grupo familiar acabam completando a maior idade dentro dos abrigos do Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina fez um convênio com a Fiesc, o Sesc e o Senac de Chapecó e realizou um grande projeto de profissionalização dos adolescentes acolhidos na região do oeste. Situação que nós, em Palmitos, não conseguimos incluir os nossos adolescentes. Temos um projeto com a Secretaria de Assistência Social para qualificar esses adolescentes, porém, onde eles vão estar quando completarem a maior idade? Qual é a política pública pensada pela Comissão de Direitos Humanos para a inclusão desses adolescentes deficientes intelectuais? Para aquele deficiente que às vezes não tem um CID específico? Ele tem uma deficiência pela qualidade de vida que ele teve, não consegue se expressar, não consegue contar dinheiro, mas, no INSS ele não é um deficiente. Porém, a gente sabe que ele não tem condições de desenvolver uma atividade laborativa. Além de a gente excluir essa criança, esse adolescente do direito à convivência comunitária, quando ele completar 18 anos, nós vamos excluir ele também da vida, do trabalho, e da comunidade?

Então, essa foi a minha colocação e gostaria de saber o que o Ministério do Trabalho tem pensado a esse respeito, o que a Comissão de Direitos Humanos tem pensado sobre essa parcela, que a meu ver é mais excluída que aquelas pessoas que possuem deficiência, mas têm família. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. DIRCE DICK (assistente social da Apaie de São Carlos) - Boa-tarde! Sou assistente social da Apaie de São Carlos. Fiz aqui um relato sobre o BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) Trabalho e queria dizer que a colocação do Valter foi bem importante.

Eu também penso que a dificuldade não é a vaga - pelo menos a nossa realidade lá na Apaie de São Carlos, onde a gente atende cinco Municípios -, mas sim as pessoas que recebem o BPC, que é o benefício da assistência social. Então, a família opta por receber o benefício, porém a gente tem o dever de informá-la que ela

tem que pedir a suspensão quando o filho entrar para o mundo do trabalho. E muitas famílias não querem porque o BPC já é uma coisa garantida, eles entrando no mercado de trabalho a gente não sabe se fica meio ano, um ano trabalhando. Também sabemos que com o BPC Trabalho eles podem requerer em até dois anos sem passar por perícia médica, mas a família também não tem essa confiança. Então, acho que talvez poderíamos pensar numa ação de eles receberem, de forma a acumular o benefício e o salário do trabalho, pelo menos, até dois anos. (Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.)

Seria a minha colocação. (Palmas.)

O SR. ARI DUTELL (pequeno agricultor e presidente da Cooper D'Água, de Palmitos) - Além de eu ser um pequeno agricultor, estou aqui representando a classe sindical dos camponeses e também a Cooper D'Água do Município, onde temos a honra de ser a primeira cooperativa de captação de água no oeste do Estado de Santa Catarina. Quero parabenizar a iniciativa dos políticos, a Carminatti, a Lore, e os demais que se incumbiram em realizar este debate com a sociedade e, em especial quero parabenizar o senhor Delmar, uma pessoa que luta para que os colegas sejam amparados nesta situação.

Na minha infância convivi com uma pessoa que tinha deficiência auditiva. Ninguém acredita, mas convivi com pessoas que têm algum tipo de deficiência, mental, física ou qualquer outro tipo de deficiência, deixa marca no coração da pessoa.

A minha pergunta foi bastante em cima ainda da pouca preocupação com as pessoas, irmãos, que têm qualquer tipo de deficiência, sendo que existem muitas leis, mas elas não estão sendo cumpridas. Nada melhor que este debate para a população ouvir, para poder se amparar, para discutir e ouvir esses momentos críticos e muitas vezes tristes?

Se olharmos de gestão em gestão governamentais, municipal, estadual ou federal, podemos perceber que há pouca preocupação. Na classe civil, os cadeirantes não têm boas condições de deslocamento, principalmente as empresas que têm primeiro e segundo piso. Então, acho que não é somente a falta de fundo financeiro para respaldar, mas sim a falta de amor, de atividade e de gratidão com um irmão, com uma irmã que não é reconhecido.

Senhor Valter, parabéns! Em Palmitos temos quatro empresas e temos que perguntar a elas o porquê de não terem interesse. Não adianta pegarmos o microfone e dizer que tudo é belo, é bonito e que a sociedade tem que ser digna. Temos que cobrar. Parabéns a todos por este momento. Temos que lutar, porque sem luta não se alcança nada. Obrigada. (Palmas.)

O SR. MÁRCIO JOSÉ FONSECA CARNEIRO (terapeuta ocupacional da Apaie de Caibi) - Eu trabalho em toda a região, e aqui represento a Apaie de Caibi.

Quero fazer uma reflexão para que possamos realizar ações em curto e médio prazo em relação a este objetivo principal. Então, quando falamos na educação profissional, na inclusão da pessoa com deficiência, todas em ênfase também na intelectual, no mercado de trabalho devemos analisar três vertentes importantes: a primeira é a questão família de pessoa com deficiência. Temos essa experiência nas Apaies e observamos que um dos empecilhos, que foi comentado pelo representante do Ministério do Trabalho, é a questão do benefício e isto deve ser divulgado. As famílias e as pessoas com algum tipo de deficiência devem ser conscientizadas porque o primeiro apoio, que é muito importante, está na família.

A segunda vertente, também importante, são os empresários, os empreendedores e o sistema S (Senai/Sesi/Sesc/Senac), que já fazem este tipo de conscientização, porém isto fica muito no campo teórico, na obrigatoriedade de cumprir a lei e não na espontaneidade em se ter um mundo mais inclusivo.

A outra vertente é o Poder Público, que muitas vezes isola-se num programa chamado Pronatec, que alega fazer o programa, mas não tem uma demanda.

Então, eu vejo que são feitas situações isoladas no contexto da família que tem um portador de deficiência. Algumas Apaies têm programa de educação profissional com três etapas importantes: educação na iniciação, na qualificação e na colocação no mercado do trabalho. Mas fica o alerta aqui às Apaies que esse trabalho tem que ser feito desde pequenininho; que o programa de conscientização precoce seja feito em médio e em longo prazo; que o programa de educação profissional nas Apaies tenha eficiência; e devemos fazer esse processo de rede, que é muito importante, com o aspecto dos empreendedores e com o Sistema S.

O governo, o Poder público tem o Pronatec, mas não dá uma demanda de educação profissional à pessoa com deficiência intelectual, física, visual e demais deficiências. A Apaie é que faz o trabalho, muitas vezes pioneiro com outras instituições, como aqui na cidade com a AAPD, só que fica na ilha do seu processo de transformação. É interessante refletirmos aqui a formação de rede.

Tem propostas interessantes que não são realizadas nas pequenas cidades, porque é muito fácil despertarmos o cooperativismo familiar, o empreendedorismo individual numa cidade, por exemplo,

como Chapecó, que tem um potencial de indústrias, de fábricas, de empresas e um mercado de trabalho, mas fica difícil quando contextualizamos isto numa cidade de 4 mil habitantes, que muitas vezes só quem emprega é a Prefeitura. Então, devemos aqui refletir sobre essas idéias.

Essa formação de rede, essa comunicação que eu vejo que é falha. O Ministério do Trabalho fiscaliza e o governo público oferece o programa, mas não acolhe e não forma esse processo de rede. É importante essa palavra chave, comunicação, para podermos em médio prazo termos ações. As leis que foram feitas têm mais de 20 anos e as ações até são incipientes.

Fica aqui esta reflexão para que possamos debater esses itens e possamos ter ações práticas. O Pronatec possibilitando cursos às pessoas com deficiência intelectual e demais, que as Apaes, os empresários e o Sistema S, o CDL estejam em comum acordo para que esses programas não sejam oportunistas, porém processos em médio e em longo prazo.

Esta é a minha colocação e gostaria que todos nós fizéssemos esta reflexão. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Não podemos ter a pretensão em achar que vamos sair daqui, numa primeira audiência, com soluções, mas fiquei muito feliz porque encontramos o foco central do problema e da dificuldade.

Muitas falas aqui, tanto da mesa quanto do público, apontaram na mesma direção, de afunilar quais eram os problemas. Então, quero que vocês acompanhem o meu raciocínio para ver se temos acordo na síntese, pois após a concordância na síntese, teremos os encaminhamentos. O.K? (*Aquiescência da plenária.*)

A primeira reflexão que foi colocada aqui é que existe uma lei, que tem vagas, que há por parte do empresariado um comportamento de cumprir a lei, mas ao mesmo tempo não se justifica porque as pessoas não são qualificadas. O.K?

Nessa mesma dimensão, muitas vagas não são preenchidas não porque o empresário não quer, mas porque a pessoa com deficiência não consegue se adequar a vaga. Tem uma vaga, mas é preciso ter um profissional qualificado para preencher a vaga. O.K? Então essa é segunda conclusão.

A terceira conclusão é com relação ao benefício da prestação. Aqui vou confessar para vocês, essa é a maior luta que temos que fazer porque aí temos que mudar a legislação federal, não é a Deputada Luciane, no âmbito da Assembleia Legislativa ou a Lore na Câmara de Vereadores que vai mudar essa lei. Só para termos isto bem claro. Mas venho acompanhando esse debate, por exemplo, em relação às mulheres agricultoras, que têm me procurado e manifestado outro problema, mas tem tudo a ver com este: quando uma mulher, por exemplo, faz a extração de uma mama em função de um câncer, ela recebe um benefício, mas após o tratamento ela deixa de receber. Isto é extremamente injusto porque ela continua com a seqüela, até são privadas de ir para a lavoura, tudo isso. Isto é uma legislação federal e temos que lutar para mudar.

Acho importante que nós, cidadãos brasileiros, tenhamos lutas concretas, imediatas, mas também é importante termos lutas maiores porque se não a gente reduz muito a nossa ação, ficamos somente no âmbito de resolver o problema do nosso umbigo e não olhamos para as coisas maiores. Então eu queria aqui trazer essa preocupação.

Para mim a questão da deficiência intelectual, que foi citada várias vezes, está no bojo disso, quer dizer, nas vagas no mercado de trabalho e nós temos que discutir esse assunto.

A questão da formação técnica e profissional, aí eu quero dizer que sou professora, talvez eu não tenha me apresentado muito bem, eu sou especialista em educação especial, minha pós-graduação é em educação especial e inclusive já trabalhei na Apae.

Eu quero dar o seguinte exemplo para vocês. Lá na Assembleia nós entramos com um projeto de lei, que trata do Estado criar um programa estadual de qualificação técnica e profissional para as mulheres vítimas de violência doméstica. Vocês podem questionar o que tem a ver com este tema? Tem tudo a ver. Por que eu pensei este programa? Porque nós andamos neste Estado inteiro e percebemos, fazendo audiências públicas, que há muitas mulheres que dependem da renda do seu companheiro, se assim a gente pode chamar, porque é o sujeito que a agride, que a violenta e aí a dependência econômica, pelo fato de não ter uma qualificação técnica e profissional, a submete àquela condição de violência.

Eu não estou emitindo juízo de valor se isso é certo ou errado. Eu estou dizendo que na prática isso acontece muito. Aí muita gente pode dizer: Ah, mas tem Pronatec; tem Sistema S e muitos outros cursos aí. Mas discutindo com as mulheres que sofrem violência, cheguei a seguinte conclusão. (*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*)

Não adianta colocar uma mulher que sofreu violência doméstica - que está com as marcas no peito, no coração, na alma, que chega em casa e encontra o marido bêbado que vai bater nela

novamente na frente dos seus filhos -, sentada fazendo um curso, ouvindo o palestrante falar sobre economia, política, números, falar sobre como apertar o botão de uma máquina, se o palestrante não tem sensibilidade para entender a condição daquela mulher. Então, ela não vai para aquele curso, porque ela pode estar lá fisicamente, mas a cabeça está longe.

Trago esse exemplo para dizer que a gente tem muitos cursos, muito dinheiro, um grande envolvimento dos poderes públicos municipais, estaduais, federais, muitas universidades, muitos institutos federais, mas se não discutirmos um programa específico com metodologia adequada, com currículo adequado a essa realidade, vamos continuar com as vagas e as pessoas não serão respeitadas nas suas deficiências.

Estou aqui fazendo essa reflexão para entendermos a dificuldade, pois, como diz o ditado popular, o buraco é mais embaixo. Não é fazer cursinho e achar que todo mundo se qualifica e vai trabalhar. A coisa é muito mais complexa. Como o Márcio falou, a tua reflexão é também nesse sentido: é a de a gente compreender o que se pensar num programa dessa natureza.

Eu acho que é uma ação dentro de outra, ou seja, nós temos que pensar num programa de qualificação técnica e profissional que combine com uma ação com a família, com o empresariado, com a sociedade, de sensibilização social. Paralelo a isso, temos também a questão dos adolescentes, que é outro problema a ser enfrentado: os adolescentes acolhidos que ficam nas casas, e assim por diante.

Então, queria fazer essa síntese. Não sei se vocês se sentiram contemplados por ela. Dá para entendermos que esses são os nós? Tudo bem? Sendo assim, quero ser muito franca com vocês de qual é a proposta que eu quero colocar em apreciação. Realizamos audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos sobre os temas mais variados, porque direitos humanos são todos os direitos. Já realizamos audiência pública para tratar da violência contra os jovens, da maioridade penal, da Defensoria Pública, que é outro tema importante, dos atingidos por barragens, da situação dos indígenas. Eu poderia listar cinquenta temas aqui.

Esta semana recebi, do pessoal da região de Itajaí, no Carnaval, indícios de uma violência física enorme. Têm fotos e documentos contra um grupo de pessoas que estava em um posto de gasolina festejando o Carnaval, e eles foram confundidos com drogados, no entanto, não era nada daquilo. Na verdade, era um pai de família, que era representante comercial, mais algumas pessoas com um grupo de jovens que estavam no posto naquela hora comprando alimento, e o pai foi agredido fisicamente, acabou hospitalizado e fez Boletim de Ocorrência. E quero informar que a Comissão acolheu tudo isso.

Quero dizer que conseguimos avançar muito nas audiências públicas, quando a partir de cada uma delas elegemos um grupo de trabalho, porque seria muito para uma só pessoa dar conta, ficaria tudo nas minhas costas, já que eu teria que procurar pessoas e órgãos para responder aos questionamentos.

Fiquei muito impressionada com a qualidade da representação e das intervenções. Nós temos aqui pessoas de alto gabarito para ajudar a discutir e a encaminhar esses temas. Gostaria de propor que cada entidade, que tem interesse em ajudar nesses encaminhamentos, deixe para nós, ao final da audiência, o nome, a representação e o contato. Por quê? Eu vou explicar através de um exemplo. Nós conseguimos implantar em Abelardo Luz, no oeste do Estado, o primeiro instituto federal do Brasil em um assentamento de reforma agrária. Como surgiu essa ideia? A partir de uma audiência pública que nós fizemos lá. Elegemos um grupo de trabalho que se reuniu com o Instituto Federal e começou a discutir quais cursos, que carga horária e qual modalidade seria interessante, e hoje informo a vocês que os cursos estão sendo implantados.

Então, temos que fazer esse mesmo trabalho aqui, elegendo um grupo reduzido que vai pegar todos esses encaminhamentos e elaborar um plano de atividades. Na primeira reunião, eu vou estar junto, como Deputada, para ajudar a dizer: Nós precisamos fazer uma audiência aqui, precisamos conversar sobre determinado assunto com o fulano, vamos ter que pensar numa lei, pensar num conjunto de encaminhamentos. Tudo bem? Vocês acham que dá para nós encaminhar essa forma? Pode ser? Levante a mão quem concorda com esse encaminhamento? (*Pausa.*) (*A plenária aquiesce.*) Agora, para sermos democráticos, levante a mão quem discorda. (*Ninguém levanta a mão.*) Quem se abstém? (*Ninguém se manifesta.*) Então, quero que todo mundo dê uma salva de palmas para todos, porque chegamos a um ótimo encaminhamento. (*Palmas.*)

Quando formos para casa, muitas pessoas vão perguntar: Resolveram o quê? Elegemos um grupo de trabalho que agora vai pensar todas as ações em médio, curto e longo prazo, além dos responsáveis.

Gostaria de pedir que, quem desejar deixar o nome, faça isso, mas eu quero chamar a atenção de algumas representações também. É fundamental as Apaes terem a representação. É

fundamental que a Associação de Apoio, que pediu a audiência, esteja representada, assim como o serviço social. Eu não sei se o Casarin quer colocar representação ou depois a gente pode fazer uma audiência para também discutir os encaminhamentos. Gostaria que a pastora aceitasse o convite para representar; que o Ari, pela experiência, também estivesse junto, ajudando a discutir a organização; o profissional que falou, o terapeuta ocupacional; a Secretaria Regional, vocês também podem escolher alguém mais ligado ao tema.

Estou aqui dando sugestões, pessoal, não é camisa de força, não sou eu que tenho que decidir, mas gostaria de sugerir ao empresário uma representação. O Casarin tem que ver como fazer esse encaminhamento, ver quem eles indicam; a Câmara de Vereadores; a Assistência Social da Prefeitura. Então podemos dar esse encaminhamento? Depois vejam quem vocês indicam, não tem problema se tiver muita gente. Eu acho que fica melhor para vocês fazerem uma audiência aqui e não ir até Florianópolis ou Chapecó. Eu me proponho vir aqui fazer a reunião e aí pegamos todos esses encaminhamentos e traçamos um plano de operações. Tudo bem? (A plenária aquiesce.)

Quero agradecer imensamente aos componentes da mesa que ficaram até o final e a todos vocês. Essa foi uma audiência objetiva, que vai produzir ótimos encaminhamentos. Eu quero, quem sabe daqui a um ano - não é Prefeito, Casarin, Delmar, Valter, Ademar, Lore? - voltemos para colher frutos, não é? Naquela audiência que nós fizemos no ano passado, já conseguimos avançar muito. Ficaria muito feliz, como educadora, como cidadã, de ver que vale a pena nos envolvermos, nos organizarmos e construirmos lutas coletivas.

Agora vou passar para o cerimonial.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso) - Obrigado, Deputada. Eu gostaria de chamar a doutora Marlene de Almeida Dente, para fazer a divulgação do 1º Congresso Nacional de Educação e Diversidade.

A SRA. MARLENE DE ALMEIDA DENTE - Boa-tarde a todos. Parabéns, Palmitos, por este momento significativo; à Luciane, pela sensibilidade. Gostaria convidar todos para o 1º Congresso Nacional de Educação e Diversidade e a 1ª Amostra Científica da Educação Especial, que vai acontecer de 1º a 3 de maio em São Carlos, com o apoio da Secretaria de Educação de São Carlos, que tem como tema "Prevenir, estimular, incluir e neuroeducar com criatividade e felicidade". Gostaríamos de deixar o telefone de contato da Secretaria de Educação: 3325-4312, para informações.

Sejam todos bem-vindos ao nosso congresso. Estaremos esperando por vocês, e antecipadamente convido essa batalhadora, Luciane, para estar conosco neste momento maravilhoso de encontro da educação especial e profissionais da área.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso) - Agora gostaria de convidar a senhora Iolete de Jesus para fazer a entrega de uma moção para a criação do Movimento Catarinense em prol das instituições de longa permanência de idosos e também um pedido de utilidade estadual. (Procede-se a entrega da moção a Deputada Luciane Carminatti.) (Palmas.)

A SRA. IOLETE DE JESUS - Boa-tarde. Gostaria aqui de falar em nome de toda a Diretoria do Núcleo de Profissionais Amigos dos Idosos (Nupai).

Nós já tínhamos conversado com a Deputada que esse movimento catarinense em prol da ILPIs começou em Palmitos na Câmara de Vereadores, apresentou uma moção que foi iniciada pela Loreci Pfeiffer e aprovada por todos os Vereadores, a qual visa pedir ao Gabinete da Presidente da República que autorize as pessoas e as empresas, pessoas físicas e pessoas jurídicas, a fazerem a doação direta de Imposto de Renda para os locais de longa permanência de idosos. A realidade dos locais de longa permanência de idosos é uma realidade que não é tão bonita, não é Deputada? As instituições não têm, até o momento, apoio do governo federal para manter esses idosos.

A Nupai atende hoje dezoito idosos, a maioria com Mal de Alzheimer no grau de dependência três, que é aquele idoso que mais precisa de ajuda. O nosso presidente não se faz presente, mas em nome de toda a Diretoria gostaríamos de pedir que a Deputada encaminhasse esse pedido de declaração de utilidade pública estadual e a moção pelo movimento catarinense em prol das ILPIs.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu quero dizer a vocês que também conheci esse espaço de convivência dos idosos, estive lá e pude ver o trabalho magnífico, respeitoso e dedicado dos profissionais, quero que você transmita isso a todos. Gostaria de dizer que não somente acolhemos a moção, como também a Assembleia Legislativa já aprovou uma moção de apoio de nossa autoria para que seja também referendado o pedido de vocês ao governo federal.

Com relação à Declaração de Utilidade Pública, pode deixar que eu mesma vou cuidar com carinho, não somente para dar entrada, mas acelerar para que seja prontamente aprovado, para que vocês

possam também pleitear recursos na esfera estadual e na municipal, que é um pré-requisito também para a Declaração de Utilidade Pública. Podem contar com o nosso apoio. (Palmas.)

Não se esqueçam de deixar o nome para o grupo de trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública. (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Leitura final: Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS PRIORIDADES ELENCADAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2014, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel) – Senhoras e senhores, colegas Deputadas, colegas Deputados, damos início a esta audiência pública chamada pela Comissão de Finanças e Tributação para debater a execução orçamentária das prioridades das audiências públicas regionais.

Para compor a mesa de trabalho, convidamos o Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação; a Deputada Estadual Angela Albino, membro da Comissão de Finanças e Tributação; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual José Nei Ascari, que está substituindo o Deputado Estadual Darci de Matos; e o Deputado Estadual Renato Hinnig, membro da Comissão de Finanças e Tributação.

Para esta audiência temos prevista uma apresentação por parte da nossa Coordenadoria do Orçamento Estadual, de todas as emendas aprovadas nas audiências públicas, que será feita pelo senhor Sérgio Francisco Ambrosi, técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, e por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, através do senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria, os quais convidamos para também fazer parte da mesa.

Acompanhando o diretor Romualdo, temos o senhor Guilherme Kraus dos Santos, gerente de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado da Fazenda; o senhor Vitorio Manoel Varaschin, assessor do diretor de Planejamento Orçamentário; e da senhora Rose-Mari Ramos de Oliveira, gerente de Acompanhamento do Orçamento da Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda. Também presente a esta audiência o senhor Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual.

Vamos iniciar nossa apresentação pela Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, e fará uso da palavra o senhor Sérgio Francisco Ambrosi, nosso técnico da Coordenadoria do Orçamento Estadual, que apresentará tudo o que foi levantado nos últimos quatro anos nas audiências públicas por Regional, e será entregue a cada Deputado para que possam fazer o acompanhamento daquilo que foi apresentado, daquilo que foi efetivamente executado, do que está em execução e do que falta executar.

O SR. SÉRGIO FRANCISCO AMBROSI – Bom-dia, senhoras Deputadas, senhores Deputados, e demais presentes.

Antes de adentrarmos no assunto em pauta, gostaríamos de ressaltar a importância deste trabalho que nós fazemos há dezesseis anos. Ele começou com uma semente, em 1998, quando íamos para as audiências, colhíamos as prioridades e chegávamos no Legislativo onde eram aprovadas as emendas e apenas eram anexadas ao projeto de lei orçamentária, e vetado pelo Governador.

Hoje, com parceria entre o Executivo e o Legislativo, aperfeiçoamos os sistemas, somos a única Assembleia no Brasil, tirando o Congresso Nacional, que tem um sistema que viabiliza a leitura do projeto de lei via XML, encaminhado para o Executivo quando da tramitação na Assembleia, através do qual podemos disponibilizar a todos os senhores Parlamentares a prerrogativa regimental de apresentar emendas e, por um acordo feito entre o Legislativo e o Executivo, prioriza-se as propostas elencadas nas audiências públicas.

Esse nosso trabalho é similar ao do Congresso Nacional, só que lá as emendas regionais são apresentadas pelos Parlamentares, e aqui são priorizadas as elencadas nas audiências públicas.

Nós elaboramos um relatório para apresentar nesta audiência aos senhores e às senhoras, mostrando as prioridades colhidas nas audiências públicas de 2011, 2012 e 2013 para o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e os dados atualizados com revisão em 2013 do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária. Antes, porém, é preciso dizer que esse é um processo muito evoluído, se compararmos com outros Estados, porém não temos a execução desejada, mas se o que temos não é o melhor, é o melhor que existe em todo o cenário nacional.

(Através de projeção de imagens em PowerPoint, apresentou uma síntese das prioridades elencadas nas audiências públicas para o

PPA 2012-2015 e para a LOA 2012, 2013 e 2014. Explicou que 434 prioridades tinham sido escolhidas nas audiências públicas de 2011 e nas revisões do PPA feitas em 2012 e em 2013 e inseridas no PPA 2012-2015, sendo que 351 prioridades já haviam sido escolhidas nas audiências de 2011, 2012 e 2013 e constavam na Lei Orçamentária de 2014, o que correspondia a 80,87% de todas as prioridades elencadas para o PPA. Disse, ainda, que 108 prioridades elencadas nas audiências de 2013 havia sido inseridas na LDO e na LOA 2014 através de emendas do Relator, o Deputado Estadual Gilmar Knaesel, bem como 23 novas subações tinham sido inseridas no PPA, sendo que destas, 12 também foram inseridas na LOA 2014. Em seguida, apresentou quadros relativos a cada Regional, dando uma rápida explicação das prioridades incluídas com o montante de recursos, citando como exemplo as Regionais de Araranguá, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Grande Florianópolis e Joaçaba. Concluiu sua apresentação informando que o valor atualmente contemplado na Lei Orçamentária Anual 2014 proveniente das prioridades elencadas nas audiências públicas era de R\$ 1,112 bilhão e que no PPA tinha R\$ 5,9 bilhões, e informou que o último quadro da apresentação demonstrava as 23 novas prioridades inseridas na revisão do PPA, sendo que 12 na LOA/2014.)

Sinteticamente era isso o que tínhamos a apresentar aos senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel) – Obrigado, Sérgio, mas apenas reforçando o que você já tinha colocado muito bem, quero dizer que a Assembleia Legislativa, dentro desse processo, através da sua Comissão de Finanças e Tributação, cumpriu com 100% daquilo que foi levantado, discutido e aprovado nas audiências públicas. E pela vez primeira também tivemos uma parceria com o Executivo que cumpriu, dentro do acordado, tudo aquilo que nós encaminhamos através das audiências públicas, ficando agora a segunda fase, que é a execução.

Como vocês viram na apresentação, na Secretaria Regional de Araranguá, das doze prioridades, oito são de infraestrutura rodoviária, e nós sabemos como isso funciona, quer dizer, às vezes não tem nem projeto ainda, só a intenção local, regional, de buscar ou uma pavimentação, ou uma recuperação, ou uma rodovia nova, e até ter o projeto, ter o recurso, ter a licitação, ter a execução, leva um grande período, passando às vezes um mandato, desta forma ficando a frustração. Nós colocamos no Orçamento, e aí se criou a expectativa, mas na realidade ainda não foi executada.

Por essa razão estamos aqui com o Romualdo e toda a sua equipe da Secretaria da Fazenda que cuida do Orçamento e que estiveram conosco nas audiências públicas e nas nossas inúmeras reuniões, cumprindo o acordo na íntegra, repito, para partir para um segundo momento, que é a execução. Este ano nós temos que incluir as emendas que ainda não foram incluídas, mas de que forma vamos fazer isso, se vamos fazer audiências públicas regionais ou não, se vamos fazer uma grande audiência pública só aqui em Florianópolis – e tem uma proposta nesse sentido -, não sabemos ainda, mas esse não é o debate do dia de hoje. Hoje, a presença do Romualdo e da sua equipe é para mostrar a realidade do Executivo no que diz respeito ao que já foi executado, ao que está em execução e ao que ainda poderá ser executado dentro daquilo que o governo tem planejado.

Passamos, então, a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, que todos conhecem e que ao longo de muitos anos vem trabalhando a questão orçamentária do governo do Estado, como servidor e também como diretor. Nós agradecemos a sua presença e a parceria que até agora foi 100%.

O SR. ROMUALDO GOULART – Senhor Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados, atendendo convite desta Comissão para fazer uma explanação acerca da execução orçamentária das prioridades elencadas nas audiências públicas regionais, pedido esse feito à Secretaria da Fazenda, que é o órgão técnico do Poder Executivo responsável pela elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, aqui estamos para demonstrar a maneira como o Poder Executivo vem trabalhando junto com a Assembleia na tentativa de aprimorar esse processo e também, dentro da capacidade financeira do Estado, de atender essas demandas.

Trouxemos um relatório em PowerPoint que demonstra as audiências públicas e o tratamento que temos dado a essas demandas, para que a gente tenha mais facilmente como acompanhá-las.

(Através da projeção de imagens em PowerPoint, apresentou um balanço das audiências públicas de 2011 para o PPA 2012-2015, informando que quando o Poder Executivo, em 2011, havia encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto do PPA 2012-2015, a Alesc apresentou a metodologia de que cada Regional deveria apresentar doze propostas, apesar de algumas regiões selecionarem treze, para serem inseridas, sendo três a cada ano ao longo dos quatro anos de execução do PPA, cabendo ao Poder Executivo incluir nos orça-

mentos anuais. Mostrou um quadro que demonstrava a situação inicial do PPA 2012-2015, ou seja, com as 438 ações que tinham sido inseridas no Plano, observando que 202 das demandas regionais tinham sido na função transporte, que agregava as grandes obras de infraestrutura, que eram obras caras e não tinham metas físicas nem financeiras. Outro quadro dizia respeito à inclusão dos pleitos das audiências públicas no Orçamento, ano a ano, sendo que para 2012, das 108 demandas apresentadas, o Poder Executivo incluiu 167, ou seja, 54,63% a mais que o definido, para 2013 foram definidas 216 e incluídas 238 e para 2014 foram definidas 324 e incluídas 346, mostrando que o nível de inclusão no Orçamento superava a definida nas audiências. Seguindo, disse que o relatório apresentava a distribuição percentual das ações ano a ano, mostrando que as ações de transporte, saúde e educação tinham uma demanda grande e sempre permaneciam. Na sequência, apresentou a execução financeira por Secretaria Regional, mostrando que os valores pagos entre 2012 e fevereiro de 2014 totalizavam R\$ 535.975.000,00, já aplicados em ações específicas oriundas das audiências públicas, representando 25% do que o Estado tinha investido em Santa Catarina no período, que era em torno de R\$ 1,2 bilhão, e que para 2014 estavam previstos R\$ 1,113 bilhão, e questionou por que na dotação de 2014 apresentava aquele valor maior, explicando que algumas ações de infraestrutura que estavam previstas nas demandas das audiências haviam sido inseridas no Pacto por Santa Catarina. Reafirmou que no quadro de análise das demandas por área de atuação estava salientada a função transporte, na qual o Poder Executivo mais aplicou recurso e está prevista a maior soma para 2014. Encerrando sua manifestação, citou que o Poder Executivo havia colocado em uso uma ferramenta importante que tinha o objetivo de melhor definir a aplicação dos recursos e acompanhar a execução das atividades e dos projetos do Plano Plurianual (PPA), e fez uma demonstração do Portal do Acompanhamento Físico e Financeiro, relatando que o sistema já era utilizado pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, mostrando a maneira de acessá-lo e as diversas opções por ele oferecidas.)

Essa é a nossa apresentação e eu acho que, com isso, vamos ganhar muito em termos de gestão dessas obras elencadas nessas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel) – Romualdo, primeiro quero agradecer você e tua equipe pela forma como estão conduzindo o processo, parabenizando-os pelos avanços, como o portal, que vai facilitar muito não apenas o trabalho do Executivo, mas, especialmente, de todos que tenham interesse e dos Deputados.

O nosso quórum acabou tendo dificuldade, mas nós temos que tomar uma decisão importante nas próximas semanas para a continuidade dos trabalhos, principalmente no que diz respeito às audiências públicas, da forma como vamos conduzir o processo este ano, já que praticamente 80% do que foi elencado no PPA está no Orçamento, se vamos fazer as audiências públicas regionais, se vamos centralizar, enfim, até pelo fato deste ano termos um calendário especial por ser um ano eleitoral.

Mas, de qualquer forma, aqui também precisamos colocar a nossa responsabilidade sobre o processo, pois não tomamos um cuidado inicial e hoje temos essa pressão, qual seja, a de que já temos quase 50% das emendas direcionadas à infraestrutura rodoviária, e nós sabemos do alto custo e da dificuldade que é a execução de um tipo desse de obra. Nós estamos tentando rever isso com a matéria que tramita nesta Casa, que é o orçamento impositivo através de emenda constitucional, que não foi votada no ano passado, mas que voltará agora à pauta e que nós temos também, já que vocês estão encaminhando provavelmente a LDO ainda em abril, que ver como é que vai funcionar isso, porque a LDO que virá já é o Orçamento de 2015. Então nós temos que ter toda essa engrenagem, essa participação conjunta no sentido de que encaminhemos algo realizável. Essa é a nossa preocupação, como Presidente, e a dos demais Deputados.

Mais uma vez quero deixar aqui registrado nos anais da Comissão e também a todos que nos assistem que o avanço que nós tivemos nos últimos anos foi muito significativo em função dos compromissos assumidos em conjunto. Por isso, faço um agradecimento especial a vocês, da equipe técnica da Secretaria, ao Secretário e ao Governador, mas também à nossa equipe de apoio aqui da Casa, que é a Coordenadoria do Orçamento Estadual.

Deputado Renato Hinnig, V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG – Senhor Presidente, telespectadores da TVAL, eu aproveitei os momentos finais desta reunião para também deixar o meu registro de agradecimento aos servidores da Comissão de Finanças e Tributação, que estão avançando significativamente e aqui hoje ficou bem demonstrado com a possibilidade que temos hoje de fazer o acompanhamento *pari passu* de todas as ações das audiências públicas, nesse trabalho que está sendo feito de forma coordenada com a Secretaria da Fazenda.

Também cumprimento o Romualdo, todos os técnicos da Diretoria de Planejamento Orçamentário e o Secretário da Fazenda pela forma transparente com que estão colocando os números e fazendo o

acompanhamento de cada prioridade de política pública. Enfim, isso nos traz conforto e faz com que tenhamos a possibilidade de desempenhar bem o nosso papel de Parlamentar, como fiscalizador das ações do Executivo.

Cumprimento vocês - eu tenho muito orgulho em fazer parte do quadro de servidores da Secretaria da Fazenda - e digo que esses avanços, o uso da tecnologia faz-nos sentir cada vez mais orgulhoso, primeiro por sermos fazendário, segundo por sermos Deputado e terceiro por sermos catarinense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel) - Feito isso, coloco a palavra livre. Alguém deseja fazer alguma consideração?

O SR. ROMUALDO GOULART - Só agradeço a oportunidade de estar aqui nesta Casa e apresentar a ferramenta que considero de grande importância para a gestão das ações do setor público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel) - Feito o registro e nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e dou por encerrados os trabalhos desta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]

PRESIDENTE

DEPUTADO ESTADUAL GILMAR KNAESEL

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA

As 14 horas do dia 26 de março de dois mil e quatorze, reuniram-se, na sala da liderança do PSDB, os Senhores Deputados Dóia Guglielmi - Presidente, Narcizo Parisotto, Moacir Sopelsa, Antonio Aguiar, Valmir Comin e Ciro Rosa para eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Dóia Guglielmi, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo, foi apresentado o nome do Senhor Deputado Moacir Sopelsa para o cargo de Vice-Presidente, Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Deputado Moacir Sopelsa a Vice-Presidente. A posse deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Maria Nagiba Zattar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em 26 de março de dois mil e quatorze.

Dóia Guglielmi

Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Antonio Aguiar, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Renato Hinnig e Valmir Comin. O Deputado Dirceu Dresch foi substituído pelo Deputado Neodi Saretta. O Deputado Marcos Vieira, justificou sua ausência através de ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 2ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente comentou duas propostas de calendário para as audiências do orçamento estadual regionalizado, ajustadas conforme ano eleitoral. Estas propostas foram distribuídas aos membros da Comissão e uma terceira deveria ser apresentada também para discussão e votação na próxima reunião ordinária. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Antônio Aguiar** apresentou seu relatório em vistas em gabinete ao PL./0093.0/2011, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, energia elétrica e água confeccionadas no sistema "Braille", seu parecer foi favorável a diligenciar mais uma vez a CELESC, posto em discussão, a Deputada Angela Albino solicitou vistas em mesa concluindo com sua manifestação favoravelmente ao primeiro diligenciamento, não considera necessário o segundo, por achar que a CELESC já foi convidada a se manifestar e a ela cabe o direito de se manifestar ou não. O Presidente informou que a CASAN e SCGAZ, diligenciadas na mesma oportunidade, se manifestaram favoravelmente ao pleito e portanto, sugeriu que se fizessem um contato com a CELESC durante esta semana no sentido de obter seu posicionamento a respeito do pleito, votando a matéria na próxima reunião. **A Deputada Luciane Carminatti**, apresentou seu voto vista ao PLC/0030.2/2013, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 223, de 2002, e cria cargos

no Quadro de Cargos do Ministério Público de Santa Catarina, seu voto foi favorável ao texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com emenda modificativa, de autoria da Deputada Ana Paula, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Renato Hinnig. **O Deputado Valmir Comin** relatou o PL./0102.6/2012, que institui o Selo Jovem no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Valmir Comin** relatou o PL./0174.0/2013, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar Eólica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Valmir Comin** apresentou seu voto vista ao PL./0078.1/2013, fica autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina através do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), enviar comunicação informando a data de vencimento de validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), ao titular do documento, seu voto foi pelo sobrestamento do projeto, posto em discussão o Presidente Gilmar Knaesel pediu vistas em gabinete. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dezoito de março de dois mil e quatorze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezoito de março do ano de dois mil e quatorze, sob a presidência do Deputado Mauro de Nadal, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Quarta Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Mauro de Nadal, Angela Albino, Silvio Dreveck, Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Serafim Venzon. O Presidente leu os Ofícios nºs 1232/13, da Câmara Municipal de Chapecó, contendo cópia das Moções nºs 128, 130 e 131/13, de autoria do Vereador Cesar Antônio Valduga e Ofício nº 878/13, da Câmara de Vereadores de Canoinhas, contendo cópia do requerimento nº 385/13, versando sobre o problema de queda de energia no Município de Canoinhas e região e Ofícios Circulares nºs 02-A/13; 02-B/13; 03/13; 04/13; 05/13 e 06/13, contendo Relatórios de Avaliação de Execução; Ofícios Circulares nºs 01, 02, 03 e 04/2014, contendo Relatórios de Avaliação de Execução e o Ofício nº 003/CAF/2014, da Diretoria de Saúde e Promoção Social da Polícia Militar de Santa Catarina, contendo o Relatório nº 01/CAF/HME/2014, com avaliações gerenciais do 4º Trimestre/2013 dos Indicadores de Qualidade e 2º Semestre das Atividades Assistenciais do Contrato de Gestão nº 07/SSP/SPG/SC/2013, relatório anual 2013 e Ata nº 08 - conforme previsão legal. Passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0015.8/14, relatora Deputada Angela Albino; 0440.0/13, relator Deputado Silvio Dreveck; 0528.6/13, relator Deputado Renato Hinnig, com emenda substitutiva global e 563.9/13, relatora Deputada Angela Albino e 0588.7/13, relator Deputado Renato Hinnig - parecer pelo diligenciamento interno. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. Ofícios nºs 0120.4/13, relator Deputado Renato Hinnig - parecer pelo diligenciamento; 0305.0/13, relator Deputado Mauro de Nadal; 0478.9/13, relator Deputado Silvio Dreveck - parecer pelo diligenciamento; 0515.8/12, relatora Deputada Angela Albino; 0644.5/13, relatora Deputada Angela Albino; 0674.0/13, relator Deputado Renato Hinnig - parecer pelo diligenciamento e 0697.7/13, relator Deputado Renato Hinnig. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch registrou a mobilização do Magistério Estadual que neste momento está em greve para chamar a atenção do Executivo Estadual com relação à adequação do salário, infra-estrutura nas escolas, salientando que a Comissão deveria ajudar na resolução desses problemas educacionais catarinense. Disse-se surpreso pelo fato de a FIESC estar comemorando o crescimento do setor privado catarinense - 30% no ano de 2013-, comentando que é um dado que preocupa porque o serviço público educacional está com falta de qualidade. A Deputada Angela Albino fez menção aos problemas que o Estado vive atualmente na saúde, educação, cultura e segurança, comentando todas as greves estaduais. Ressaltou que os trabalhadores da Educação, da Segurança, da FATMA, do Inmetro e da Fundação Catarinense de Educação Especial discutem seus salários mas também a estrutura governamental - vêm sempre a esta Casa discutir todas as questões. Disse também que

os Governos são temporais, mas o Estado é atemporal. O Deputado Renato Hinnig informou que está tramitando nesta Casa o projeto de lei que implantará a Região Metropolitana da Grande Florianópolis e caberá a esta Comissão de Trabalho, juntamente com as Comissões de Tributação e Finanças e de Transporte e Desenvolvimento Urbano a sua apreciação. Sugeri que sejam realizadas reuniões em conjunto, já que esse projeto é complexo e exigirá uma discussão maior, precisando convocar diversas entidades de Florianópolis. O Deputado Dirceu Dresch propôs que a Comissão de Trabalho possa contribuir no diálogo entre Governo do Estado e o Sindicato dos Professores - anteriormente comentado por ele na reunião. Sobre o projeto em questão, disse que ficou uma grande confusão porque quase todos os projetos são de região metropolitana. Disse que é um projeto importante para Florianópolis e participará da discussão. O Presidente destacou que buscará uma comunicação com as outras Comissões para discutir a matéria em conjunto e quanto às questões salariais das Educação a Comissão terá participação, abrindo diálogo entre a categoria e o Governo do Estado. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os Senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima Reunião Ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, dezoito de março de dois mil e quatorze.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 028/14

Ofício nº 0018/2014 Ponte Serrada, 25 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Serrada, referente ao exercício de 2013.

Cleber José Petuco

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 029/14

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Círculo Trentino Di Rodeio, do Município de Rodeio, referente ao exercício de 2013.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 030/14

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Mutirão do Amor - Associação Beneficente, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Mery Paul

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 031/14

Ofício nº 006/2014 Ipumirim, 25 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ipumirim, referente ao exercício de 2013.

Gilmar Biffi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 032/14

Ofício nº 06/2014 Jacinto Machado, 19 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2013.

Édio Sartor

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 033/14

Ofício nº 13 Pouso Redondo, 25 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Pouso Redondo, referente ao exercício de 2013.

Elza Helena Stosch da Silva
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 034/14

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP/Nº 2577/2014 Florianópolis, 28 de março de 2014

Ref.: Encaminha Relatório de Atividades do exercício de 2013

Exmo. Sr.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em exercício

NESTA

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, Parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000 e artigo 296, § 1º do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência o **Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2013.**

Ao ensejo, aproveito para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/14

Ofício nº 12/2014

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abdon Batista, referente ao exercício de 2013.

Antonio Agostini

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 036/14

Ofício nº 2014/001

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Musical Amor à Arte, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Nelio Schmidt

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 073/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1400

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei que "Altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 27 de março de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 679.7/GABS/SSP

Florianópolis, 20 de março de 2014.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei ordinária para alterar o art. 7º da Lei nº 11.496 de 19 de julho de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício nas instituições militares de Santa Catarina pelas seguintes razões:

Em decorrência do recente processo de reestruturação remuneratória dos integrantes da Segurança Pública, vários dispositivos normativos foram criados, modificados ou revogados para que houvesse a adequada conformação legislativa. Dada à complexidade da matéria, é natural que algum ponto específico escapasse às análises de cenário e fosse afetado de maneira imprevista.

É o caso da Lei nº. 11.496, de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício nas instituições militares de Santa Catarina, cujo art. 7º, que tratava da remuneração das atividades de ensino e instrução, deixou de ter efeitos, devido à revogação do art. 26 da Lei Complementar 254, de 2003, que lhe dava nova redação.

O agora revogado art. 26 assim dispunha:

Art. 26. O § 1º do art. 7º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º As atividades de ensino e instrução serão remuneradas nos seguintes termos:

§ 1º A hora-aula terá seu valor calculado tendo por base o valor do soldo do Soldado PM de 1º Classe, na seguinte forma:

I - 1% (um por cento) para os docentes de nível médio;

II - 1,60% (um virgula sessenta por cento) para os docentes graduados;

III - 2,10% (dois virgula dez por cento) para as docentes pós-graduados em nível de especialização;

IV - 2,50% (dois virgula cinquenta por cento) para os docentes pós-graduados em nível de mestrado; e

V - 3,50% (três virgula cinquenta por cento) para os docentes pós-graduados em nível de doutorado." (NR)
 Como se lê, o art. 26 da Lei Complementar 254/2003 tratava unicamente da alteração do valor da hora aula das atividades de ensino e instrução ministrada nas instituições militares estaduais, que estava previsto no art. 7º da Lei 11.496/2000.

A revogação da matéria ocorreu no art. 21 da Lei Complementar nº 609, de 2013, uma das normas que integrou todo um conjunto de leis sancionadas pelo senhor Governador do Estado em 20 de dezembro último, modificando, como se disse, a estrutura remuneratória do Grupo Segurança Pública. Segue o texto da revogação:

Art. 21. Ficam revogados:

I - os arts. 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 97 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986;

II - o § 2º do art. 10, os incisos I, II e V do art. 11, os arts. 12, 13, 15, 16, 17, 21, 23, 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003; e

III - o art. 6º, o § 2º do art. 69 e os arts. 70 e 79 da Lei Complementar nº 453, de 5 de agosto de 2009.

Certamente a intenção foi alinhar a remuneração dos integrantes do Grupo, pois a Lei complementar nº. 614, de 2013, em seu art. 10, estendeu aos militares estaduais a mesma base remuneratória dos policiais civis para a indenização de ensino:

Art. 10. Aplica-se aos Militares Estaduais o disposto no art. 7º e seus parágrafos da Lei nº 9.764, de 12 de dezembro de 1994.

O art. 7º e seus parágrafos da Lei 9764/94, agora aplicável aos militares estaduais, regula o valor do pagamento de aula ministrada por professores da área policial civil e foi alterado pelo art. 14 da Lei Complementar 609/2013 nos seguintes termos:

"Art. 7º

§ 1º A remuneração da aula ministrada pelos professores da área policial civil é calculada tendo por base o subsídio do cargo de Delegado de Polícia de Entrância Especial, nos seguintes percentuais:

I - 0,235% (duzentos e trinta e cinco milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Médio;

II - 0,3% (três décimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Superior;

III - 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Especialista;

IV - 0,4% (quatro décimos por cento), sendo o professor detentor de título de Mestre; e

V - 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Doutor.

§ 2º A titulação do professor deverá estar relacionada as áreas acadêmicas de interesse da segurança pública, sendo que o diploma apresentado observará os termos do art. 48 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou do Decreto federal nº 5.518, de 23 de agosto de 2005.

§ 3º Para efeitos do § 1º do art. 7º deste artigo, considera-se o valor do subsídio vigente em 1º de dezembro de 2015." (NR)

Todavia, a revogação da antiga base remuneratória afetou os servidores civis admitidos em caráter temporário, cuja seleção foi realizada em dezembro último sob a égide da Lei nº 11.496, de 2000, para lecionar, entre outros órgãos, no Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, onde as aulas tiveram início no mês passado.

Para os pagamentos até então realizados, foi ainda utilizada a base de cálculo da Lei nº 11.496, mas, diante da resposta à consulta formulada pelo Comando Geral da PMSC à Procuradoria Geral do Estado, que foi atuada no Processo PGE 487/2014 (cópia anexa), não houve outra escolha senão a suspensão da folha de pagamento dos servidores civis admitidos, até que haja medida legislativa que solucione o problema.

Em decorrência, apresenta-se a proposta de Projeto de Lei em anexo, dando nova redação ao artigo 7º da Lei no 11.496/2000, mantendo valores de remuneração da hora-aula com as mesmas regras até então adotadas para os servidores, adequando tão somente a base de cálculo e os percentuais à nova nomenclatura da remuneração (subsídio).

Na visão desta pasta, tal medida se impõe haja vista a urgência e a relevância da matéria e pela situação de suspensão de pagamentos, cuja duração pode ser maior que a desejada, haja vista a orientação da Casa Civil no sentido de que a alteração do dispositivo deva ocorrer por Lei Ordinária e não por Medida Provisória.

A edição da medida legislativa, em proposição, não vai gerar ônus adicional ao Estado, pois quando da edição das Leis Complementares 609/2013 e 614/2013, os impactos já foram sopesados pelo Governo.

A matéria foi instruída pelos **Pareceres nºs 04/14** (fls. 12/20), **Par 0067/14 PGE** (fls. 28/37), **09/14** (39/43) e **023/PL/2014** (fls. 59/70), emitidos pelo Comando-Geral da Polícia Militar, Procuradoria Geral do Estado, Comando-Geral da Polícia Militar e Consultoria Jurídica desta Pasta, respectivamente, concluindo que o Projeto de Lei atendeu a todos os requisitos constitucionais e legais.

O Projeto de Lei segue por meio eletrônico, no endereço: gedad@scc.sc.gov.br.

Diante disso, considerando que a proposta em pauta reveste-se da adequada relevância e oportunidade, submeto à consideração de Vossa Excelência os Autos, solicitando urgência na adoção de medidas necessárias à efetivação do pleito.

Respeitosamente,

César Augusto Grubba

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI Nº 73/2014

Altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º As atividades de ensino do servidor admitido em caráter temporário serão remuneradas por hora-aula.

§ 1º A hora-aula terá o seu valor calculado com base no valor do subsídio do soldado de 1ª classe, da seguinte forma:

I - 0,581% (quinhentos e oitenta e um milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Médio;

II - 0,930% (novecentos e trinta milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Superior;

III - 1,221% (um inteiro e duzentos e vinte e um milésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Especialista;

IV - 1,454% (um inteiro e quatrocentos e cinquenta e quatro milésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Mestre; e

V - 2,035% (dois inteiros e trinta e cinco milésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Doutor.

....." (NR)

Art. 2º De 1º de janeiro a 31 de julho de 2014, a hora-aula do servidor admitido em caráter temporário terá o seu valor calculado com base no valor do soldo do soldado de 1ª classe, da seguinte forma:

- I - 1% (um por cento) para os docentes de nível médio;
- II - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) para os docentes graduados;
- III - 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) para os docentes pós-graduados em nível de especialização;
- IV - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de mestrado; e
- V - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de doutorado.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 074.8/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos (AMA), com sede no município de Campos Novos.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos Autistas de Campos Novos (AMA), com sede no município de Campos Novos.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Legislação Vigente.

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 01/04/14

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos (AMA), é uma entidade sem fins lucrativos, fundada na cidade de Campos Novos - SC.

A referida associação, desde a sua fundação, tem uma luta em prol de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias.

A AMA, busca diariamente parceria e aprovação de projetos para a sua funcionalidade, sua diretoria é composta por pais, pessoas de clubes de serviço, profissionais de diferentes áreas e todos voluntários.

Tem como algumas finalidades:

Auxílio e orientação e apoio aos AUTISTAS e seus familiares, promovendo assim a integração da família e comunidade;

Promoção de encontros e conferências, destinados aos AUTISTAS e seus familiares, para atendimento de problemas, bem como objetiva o aperfeiçoamento de todos que trabalham na área de pesquisa e desenvolvimento do aumento de qualidade de vida dos AUTISTAS.

Integração do AUTISTA na comunidade, usando da qualidade de vida dos AUTISTAS.

Ações junto ao Poderes Públicos, entidades privadas, particulares e a comunidade de maneira em geral, visando o interesse pelo conhecimento e a solução dos problemas atinentes aos Autistas, como o propósito de assegurar-lhes uma maior proteção, integração e participação da sociedade;

Realizar intercâmbio e interação com as outras associações ou entidades que se dediquem a atividades semelhantes às desta Associação;

A representação judicial ou extrajudicial, ainda que na esfera administrativa em qualquer instância ou tribunal, em assim que necessário, para a defesa dos direitos e interesses dos AUTISTAS;

Qualquer finalidade que vise o benefício dos AUTISTAS e pessoas relacionadas a estes.

A AMA de Campos Novos vem desenvolvendo um trabalho de referência em tratamento de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista na região Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina.

O presente Projeto de Lei, além de assegurar os benefícios previstos na legislação, é também um reconhecimento ao empenho,

aplicação dedicação e amor que Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos tem aos mesmos.

Deputado Romildo Titon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 075.9/2014

Altera a Lei nº 7.570, de 12 de abril de 1989, que declara utilidade pública a Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática de Santa Catarina - CERTI, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º A Lei nº 7.570, de 12 de abril de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

” Declara de utilidade pública a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI, com sede no município de Florianópolis”

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Legislação Vigente.

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 01/04/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências, o projeto de lei que visa alterar a Lei nº 7.570, de 12 de abril de 1989, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Romildo Titon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 076.0/2014

Veda a formalização de contratos públicos entre órgãos e entidades que compõem a administração pública estadual com empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

Art. 1º São nulos de pleno direito os contratos celebrados entre a administração pública estadual e as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Art. 2º É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela administração pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro mencionado no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dado Cheres

Lido no Expediente
Sessão de 01/04/14

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo declarar nulos de pleno direito os contratos celebrados entre a administração pública e as empresas Catarinenses inseridas no Cadastro Nacional de Trabalhadores de que trata a Portaria n. 540, de 15 de outubro de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como proibir a formalização de contratos públicos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, entre órgãos e entidades que compõem a administração pública estadual com empresas que direta ou indiretamente utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

O trabalho análogo ao de escravo consiste em realidade persistente, gerando uma série de comprometimentos para a Justiça Trabalhista, além de afrontar fatalmente a dignidade humana.

O desenvolvimento de um Estado Democrático de Direito que assegura princípios e garantias individuais que também estão previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos não cede espaço ao retrocesso de vivenciar todo o drama da escravidão que marcou fortemente a colonização do país.

O Brasil é pioneiro junto a OIT - Organização Internacional do Trabalho - no reconhecimento do problema e na busca de soluções para erradicar o trabalho escravo.

Por meio do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo o país desenvolveu uma política antiescravista que abrange 76 ações que articulam os papéis do governo e da sociedade civil no enfrentamento do problema.

Em 1995 o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo (GERTRAF), incumbidos de realizar ações integradas de combate à escravidão, alcançando, além dos aspectos trabalhistas, as dimensões sociais, econômicas, ambientais e criminais do problema.

O GEFM, grupo coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, é constituído, hoje, de sete equipes, integradas por auditores fiscais do trabalho, delegados e agentes da Polícia Federal, procuradores do Ministério Público do Trabalho e, em certas circunstâncias, por membros da Procuradoria-Geral da República, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 2003, o Executivo também criou a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, cuja função primordial é a de monitorar a execução do Plano Nacional.

Coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), a CONATRAE é integrada por representantes de diferentes ministérios, de entidades não governamentais que possuem atividades ligadas ao tema, além de outras instituições que participam na condição de observadores, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os Ministérios Públicos.

Atualmente a OIT destaca os avanços conseguidos pelo Brasil e cita o país como referência mundial por sua mobilização contra o trabalho escravo.

Outra importante ação na erradicação do trabalho escravo consiste na criação, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Cadastro de Empregadores, previsto na portaria n. 540/2004.

Referido Cadastro é contemplado por pessoas físicas ou jurídicas que são flagradas pelo Grupo Móvel de Fiscalização -GEFM- praticando trabalho escravo ou análogo à escravidão. É conhecido na linguagem vulgar como "Lista Suja" e atualizado semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego que o encaminha aos Ministérios da Fazenda, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis no âmbito das respectivas competências.

A partir da inserção de empregadores e empresas no referido cadastro, estes ficam impedidos de obter linha de créditos e incentivos fiscais junto aos bancos oficiais e agências regionais de desenvolvimento.

Atualmente, as pessoas físicas e jurídicas inseridas na "Lista Suja" não têm acesso aos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento concedidos pelo Banco do Brasil. Neste vértice, a Corporação Financeira Internacional (IFC), braço do Banco Mundial responsável por conceder empréstimos ao setor privado de países em desenvolvimento, vem utilizado a "lista suja" do trabalho escravo como um dos critérios para orientar suas relações com empresas brasileiras.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, nos 11 anos de existência e atuação do Grupo de Fiscalização Móvel, foram fiscalizados 1.591 imóveis rurais e libertados 20.763 trabalhadores.

Em Santa Catarina os meios utilizados para a prática do trabalho análogo ao de escravo não diferem de todo o Brasil, são ardis, induzem ao isolamento do trabalhador e a servidão por dívidas. Não bastasse, tem-se conhecimento do emprego de violência, coação, péssimas condições de trabalho e insalubres condições de alojamentos.

Segundo o Ilmo. Sr. Acir Alfredo Hack, procurador chefe do Ministério Público do Trabalho em nosso Estado, em 2011 houve registro de 15 focos de trabalho escravo em Santa Catarina, concentrados nas regiões do Alto Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Meio Oeste e Oeste Catarinense, bem como nas proximidades da região litorânea do Estado, onde ocorre grandes reflorestamentos. Asseverou, também, que foram libertados 183 trabalhadores em Santa Catarina vivendo em condições análogas a de escravo em 2011, tanto na lavoura de feijão, maçã, cebola e erva-mate, bem como nos reflorestamentos, tais como plantações e extrações de pinus e eucalipto.

Essa atividade criminosa é decorrente da explosão agrária, e tem causado muitos transtornos para a Justiça do Trabalho, além de muito sofrimento aos trabalhadores, que são atraídos com promessas de emprego em condições de dignidade, todavia, acabam vítimas de empresários gananciosos que visam à produção em grande escala e ignoram a dignidade humana desses trabalhadores.

Segundo dados do Sindicato de Trabalhadores e Água/Esgoto e Meio Ambiente/SC, 16 (dezesseis) empresas catarinenses estão inseridas na "lista suja" do trabalho escravo.

Pelo exposto, vislumbra-se a necessidade de declarar nulos de pleno direito os contratos celebrados entre a administração pública e as empresas catarinenses inseridas no Cadastro Nacional de Trabalhadores de que trata a Portaria n. 540, de 15 de outubro de

2004, do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como proibir a formalização de contratos públicos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, entre órgãos e entidades que compõem a administração pública estadual com empresas que direta ou indiretamente utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

Diante do exposto, entende-se viável a criação do presente Projeto de Lei, no intuito de reforçar a política nacional antiescravista em Santa Catarina, criando maiores dificuldades para as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizem de mão de obra análoga a de escravo na produção de bens e serviços.

Deputado Dado Cherm

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1401

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado; submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o projeto de lei complementar que "Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 2006, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 27 de março de 2014

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício GABS/SST nº 184/2014 Florianópolis, 21 de março de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor

NELSON ANTONIO SERPA

Secretário de Estado da Casa Civil

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Dando continuidade ao Processo SST 276/2014 referente a solicitação de alteração do quantitativo de vagas do cargo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, Classe IV, encaminhamos, anexa, a Deliberação nº 370/2014 com o deferimento do Grupo Gestor do Governo.

Dessa maneira, solicitamos encaminhamento, em caráter de urgência, para a apreciação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).

Gratos pela atenção.

Atenciosamente,

Jorge Telxela

Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

E.M.GABS nº 004/2014

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2014.

Senhor Governador:

Submetemos a apreciação de Vossa Excelência a proposta de Anteprojeto de Lei que "Altera o quantitativo de cargos do ANEXO I da LEI COMPLEMENTAR Nº 349, de 25 de abril de 2006", que dispõe sobre Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e estabelece outras providências.

I - DOS FUNDAMENTOS

Encaminhamos, em anexo, a proposta de Lei Complementar, com alterações ao Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006, que criou a Carreira de Gestor Público, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, no âmbito desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda - SST/SC.

Conforme preconiza o art. 4º da referida Lei Complementar, o Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda composto pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda é constituído por 4 (quatro) classes, 15 (quinze) níveis, cada nível com 10 (dez) referências.

O Anexo I da referida Lei Complementar estabelece o quantitativo de 110 vagas de nível superior, Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social Trabalho e Renda.

A Secretaria de Estado da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação -SST, no uso de suas atribuições, realizou Concurso Público destinado a prover vagas, em regime estatutário, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, conforme Edital nº 0001/2009.

A Deliberação nº 377/09, de 16 de junho de 2009, do Grupo Gestor de Governo - em anexo deferiu a solicitação de autorização para a realização do Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda nos termos e procedimentos adotados, em conformidade com o Edital 001/2009, que prevê o quantitativo de 123 vagas de nível superior.

O concurso teve publicado o ato de homologação do seu resultado (Portaria nº 007/2010 - DOE 18.829, em 19/07/2010), como também foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 29 de março de 2012 a Portaria nº 016, de 23 de março de 2012, a respectiva prorrogação por dois anos, de modo que o prazo de validade do Concurso Público Edital 001/2009 encerra-se em abril de 2014.

A Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006 não contempla todas as vagas contidas no Edital do certame público realizado. As alterações propostas no presente Projeto de Lei Complementar visa corrigir e adequar o quantitativo em conformidade com o Edital do concurso público realizado.

Nesse sentido, é preponderante a necessidade de se iniciar processo legislativo para a **criação de 28 vagas para nível superior (Classe IV)**, de modo que o Quadro Lotacional desta Secretaria atenda todas as vagas preconizadas no referido Concurso Público Edital 001/2009.

O **dever de boa-fé** da Administração Pública exige o **respeito incondicional às regras veiculadas pelo edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público**. O ato da Administração de nomear os candidatos aprovados está vinculado ao número de vagas oferecidas no edital.

Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um **dever de nomeação** para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos 2 (dois) subsequentes, acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizada indica custo anual por servidor em R\$ 41.376,94 (quarenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos) e custo total (24 meses) para os 28 servidores em R\$ 2.317.108,64 (Informação nº 001/2014 - GEPES/SST - em anexo).

O referido impacto orçamentário-financeiro tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Informe de Disponibilidade Orçamentária nº 006/2014 GEPLAN/SST - em anexo).

Por derradeiro, venho destacar que há interesse público nas referidas nomeações, e solicito o apoio de Vossa Excelência para que sejam tomadas as devidas providências e iniciado processo legislativo em **caráter de urgência** para a criação de 28 vagas para nível superior (Classe IV), de modo que sejam resguardados os princípios do dever de boa-fé, segurança jurídica, força normativa do concurso público etc., como também evitadas possíveis demandas judiciais ante o direito líquido e certo conferido aos candidatos aprovados.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

João José Candido da Silva

Secretário de Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0007/2014

Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 2006, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006, passa a vigorar conforme redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

"ANEXO I

(Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006)

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências	Escolaridade	Quantidade de Vagas
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	I	1	A B C D E F G H I J	Ensino Fundamental (equivalente à 4ª série do 1º Grau)	80
			2	A B C D E F G H I J		
			3	A B C D E F G H I J		
			4	A B C D E F G H I J		
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	II	1	A B C D E F G H I J	Ensino Fundamental (equivalente ao 1º Grau)	40
			2	A B C D E F G H I J		
			3	A B C D E F G H I J		
			4	A B C D E F G H I J		
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	III	1	A B C D E F G H I J	Ensino Médio (equivalente ao 2º Grau)	230
			2	A B C D E F G H I J		
			3	A B C D E F G H I J		
			4	A B C D E F G H I J		
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	IV	1	A B C D E F G H I J	Nível Superior	138
			2	A B C D E F G H I J		
			3	A B C D E F G H I J		
			4	A B C D E F G H I J		

*** X X X ***

”(NR)